

VOLUNTARIADO E MUDANÇA SOCIAL:



Uma Relação Diacrónica

Na Ilha de São Tomé e Príncipe



Cláudia Luísa

FICHA TÉCNICA

Edição : Cláudia Luísa

Fotografia : Cláudia Luísa

Design e Paginação: Miguel Guerreiro

ISBN: 978-989-9023-39-0





Na ilha do leve-leve,
vim fazer uma missão,
levo todos os sorrisos, guardados no coração.

Da ilha de São Tomé,
muitas histórias para contar, lutámos contra a maré, momentos
para partilhar.

Uma lição de vida tão bonita de viver tão marcante e intensa
que queremos reviver
para nós hoje é janeiro está um calor de rachar
obrigada ao mundo inteiro que se uniu pra ajudar

**Missão, projeto de alegria encheu meu coração,
voltarei um dia.**

Passei horas no avião
e sem conseguir dormir
com o desejo de chegar
pra missão poder cumprir.

Somos treze voluntários
preparados para agir,
entre contextos tão vários
com o sonho de progredir.

Letra da música concebida pelos voluntários
em homenagem à missão (2020)





OS TRÊS REQUISITOS PARA O ÊXITO DE UMA MISSÃO

Fixe-se nos pontos fortes e no bom desempenho, na performance. Faça melhor o que já faz bem...se for correto. A crença de que qualquer instituição pode fazer tudo é simplesmente falsa. Quando se transgridem os valores de uma organização, provavelmente desempenhar-se-á mal o papel (...)

Observe as oportunidades e necessidades à sua volta. Pergunte-se: <<onde podemos distinguir-nos de facto, estabelecer realmente uma nova norma, com os recursos limitados que possuímos?>> Aqui não me refiro tão só aos recursos humanos e económicos, mas também à competência. Fixa-se uma norma fazendo algo e fazendo-o bem, é assim que se cria uma nova dimensão do desempenho, da performance.

Em seguida, pergunte-se em que creem as pessoas. Neste sentido, uma missão nada tem de impessoal. Nunca vi fazer bem um trabalho sem a participação empenhada dos seus executantes. (...)

De modo que há que perguntar, antes de mais, quais são as oportunidades e as necessidades. Depois põem-se as seguintes questões: são adequadas para nós? Estão à altura das nossa forças ou excedem-nas? Somos competentes? Temos probabilidades de fazer um trabalho adequado? Cremos realmente nisto? (Ramos, 2007 p.14)



Dedicatória

Este livro foi o culminar de um sonho, uma missão de voluntariado internacional. Dedico esta obra a todas as pessoas com quem tive o prazer de me cruzar em São Tomé e Príncipe. Bem-haja a todos/as pelas vossas aprendizagens, confiança e amizade.



AGRADECIMENTOS

Nesta longa caminhada, que nos levou ao outro lado do mundo, muitas pessoas contribuíram para a sua concretização. Realizar uma missão de voluntariado internacional, com dez alunos do curso de Educação Social da Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC) da Universidade do Algarve e mais duas amigas da área social, foi uma tarefa desafiante e complexa.

Muitos amigos referiram que gostariam de nos acompanhar, que seria a concretização de um sonho, mas não foi possível, foram no nosso coração e, por isso, tenho de deixar um agradecimento geral a todas as pessoas que nos apoiaram.

Embora, para mim, o agradecimento seja caloroso e cheio de gratidão a todos/as os que nos ajudaram, destaco o apoio das seguintes pessoas e instituições:

- A Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, que desde o primeiro momento me apoiou, facilitou e contribuiu na logística da missão e também no apoio em diferentes eventos;
- A Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe e a todos os seus colaboradores, que nos acolheram calorosamente e nos permitiram conhecer as diferentes valências que a compõem. Um agradecimento especial à Dra. Aida Beirão e à Dra. Miriam Trindade, pois sem elas o plano de intervenção e toda a missão não teria tido o sucesso que teve. Obrigada por serem pessoas excecionais, e por nos receberem de forma calorosa e acreditarem no nosso projeto;
- Um agradecimento a todas as pessoas que nos receberam

em São Tomé e Príncipe e com quem tivemos oportunidade de trabalhar, desde as crianças aos idosos, aos voluntários, professores, educadores e a todos os técnicos;

- Os nossos guias locais, ao Juliano Pina e ao Mattos, que sempre nos acompanharam e nos protegeram, sem eles a viagem não teria sido tão rica e cheia de novas experiências;

- A Maria e a Discover por toda a ajuda, desde o primeiro minuto, na angariação do alojamento e dos transportes;

- A colaboração e a motivação dada pelos meus colegas da ESEC também foram muito importantes e sou-lhes grata por tudo, pois a sua generosidade foi notável;

- Agradecer a diversas entidades que nos apoiaram, como a TAP, o Gimnásio Clube de Faro, a Feira dos Noivos 2020, a Junta de Freguesia de Quarteira, a Papelnet – Papelaria, a Câmara Municipal de São Brás de Alportel, o Exército da Paz - Núcleo de São Brás de Alportel, a Câmara Municipal de Mértola, o Núcleo de Voluntariado de Mértola, a União de Freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Sólis e São Sebastião dos Carros, o Hospital de Beja e os seus profissionais que se dedicaram na angariação de donativos;

- O Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ISU) – Núcleo de Faro, um agradecimento enorme pela formação que nos facilitaram e pela partilha das aprendizagens vividas in loco em São Tomé e Príncipe;

- Um agradecimento especial à minha amiga Paula Lopes por ter feito a revisão de texto, e estar sempre disponível para me ajudar nos meus escritos;

- A minha amiga e colega de viagem, Ircília Pereira (Lia), por ter aceite escrever o prefácio desta obra, pela tua disponibilidade e empatia, sou grata pelas tuas palavras cheias de generosidade;

- A minha colega e amiga Maria Leonor Borges e ao meu colega de viagem Tiago Peleija, por terem aceite fazer uma leitura atenta e reflexiva do livro, uma apreciação fundamental;

- Agradecer a todas as pessoas que contribuíram na angariação

de donativos para levarmos na missão, quer em géneros quer em dinheiro...aqui são dezenas de pessoas e, não querendo falhar o nome de ninguém, o agradecimento é caloroso para todos/as;

- Um agradecimento muito sentido à minha amiga Vânia Beliz, que foi a mediadora de toda esta missão, sem ti não teríamos conseguido. E a Sónia Pessoa, que nos ajudou na parceria local, de forma muito generosa;

- Agradecer aos amigos que fiz em São Tomé e Príncipe e que me acompanharam em diversos momentos, e estão no meu coração;

- Agradecer a todos os meus companheiros/as de viagem que, desde o primeiro momento, abraçaram o desafio e juntos concretizamos este projeto com sucesso;

- Por fim, agradecer aos que ficaram em Portugal a zelar para que tudo corresse bem, aos nossos pais, amigos, apoiantes e anjos da guarda.

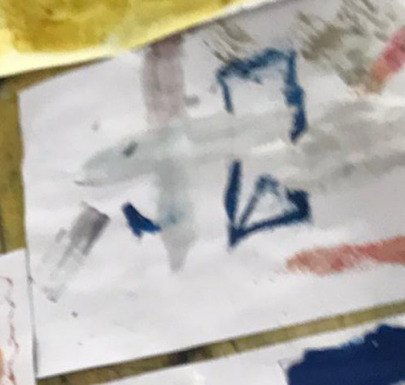
A todos/as o meu bem-haja e uma eterna gratidão por terem acreditado no meu sonho e estarem sempre ao meu lado.



00114
147



AND
BESTINA





ÍNDICE GERAL

Os três requisitos para o êxito de uma missão	1
Dedicatória	2
Agradecimentos	3
Índice de figuras	8
Índice de gráficos	9
Prefácio	11
Introdução	14
Capítulo I – Enquadramento concetual	18
1.1-Voluntariado	18
1.2- Características do voluntariado	23
1.3- Voluntariado e as suas áreas de atuação	32
1.4- Voluntariado: instrumento de mudança social	36
Capítulo II – Experiência empírica	45
2.1. - Caracterização do território	45
2.2- Da ideia ao projeto	58
2.3 - Os participantes da missão	60
2.4- Práticas comunitárias diferenciadoras em São Tomé e Príncipe	60
2.4.1 - Contexto institucional – Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe	60
2.4.2- Áreas de intervenção da missão	63
2.4.3- Apoio à terceira idade	63
2.4.4 - Formação aos técnicos e jovens	67
2.4.5 - Apoio à infância	72
2.5 - Testemunhos	80
2.5.1 - Testemunhos dos voluntários	80
Epílogo	93

Considerações finais	95
Referências bibliográficas	101

Índice de Figuras

Figura 1.1. As mãos da missão	17
Figura 1.2. Categorias dos voluntários	28
Figura 1.3. Tipos de voluntariado relativamente ao contexto de atuação	28
Figura 1.4. Tipos de voluntariado atendendo à sua duração	29
Figura 1.5. Especificidades dos voluntários de longa e de curta duração.	30
Figura 1.6. Áreas de Intervenção	32
Figura 1.7. Relação diacrónica entre os vários fatores promotores de mudança social	36
Figura 2.1. Linha do Equador	45
Figura 2.2. Mapa de São Tomé e Príncipe	46
Figura 2.3. Pico “cão grande”	53
Figura 2.4. Artesanato local	54
Figura 2.5. Fruta típica da ilha	55
Figura 2.6. Peixe, alimento típico	55
Figura 2.7. Memorial de homenagem às vítimas do massacre de Batepá	56
Figura 2.8. Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe	61
Figura 2.9. Trabalhos de expressão plástica	64
Figura 2.10. Atividades musicais	65
Figura 2.11. Formação de voluntariado	66
Figura 2.12. Formação aos técnicos	68
Figura 2.13. Brincadeiras	71
Figura 2.14. Atividades plásticas	73
Figura 2.15. Atividades de grupo	74
Figura 2.16. Brincadeiras ao ar livre	75
Figura 2.17. Sessão de boas vindas	77
Figura 2.18. Trabalhos de expressão plástica	79
Figura 2.19. Educação Social em missão	93
Figura 2.20. Sessão de reflexão	95
Figura 2.21. Lembranças de Educação Social	96
Figura 2.22. Ilhéu das Rolas	102

Índice de Gráficos

Gráfico 2.1. Composição da população por sexo e idades, 2012	47
Gráfico 2.2. Relógio da população de São Tomé e Príncipe	48
Gráfico 2.3. Distribuição da população residente e das famílias por distrito	49
Gráfico 2.4. Repartição da população residente de 15 anos e mais por sexo segundo a aptidão para ler e escrever	50
Gráfico 2.5. Taxa de alfabetização e analfabetismo por sexo	51





PREFÁCIO

Escrever o prefácio de um livro que alia a teoria subjacente ao mundo do voluntariado à prática de uma experiência internacional tão intensamente vivida, é uma responsabilidade imensa, mais ainda quando é escrito por Cláudia Luísa. A Cláudia é uma mulher que agarra num sonho e, de forma extraordinariamente empenhada, rigorosa, exigente e determinada, se propõe não só a concretizá-lo, tornando-o numa experiência fortemente enriquecedora para todos os intervenientes, como vai mais além, culminando na redação deste livro que se apresenta como uma ferramenta eficaz na reflexão do voluntariado como ação transformadora da realidade, tendo como objetivo maior a mudança social.

E refletir sobre o voluntariado parece coisa simples, mas não é. Não o é quando, perante um amplo leque de possibilidades face a áreas de atuação, se pretende por um lado aprofundar a temática sobre esta forma de intervenção comunitária, que requer um compromisso real e desinteressado, onde o voluntário deve conhecer as suas competências e os seus limites, perceber que não é o protagonista mas sim um facilitador da mudança, devendo atuar de forma gratuita, responsável, comprometida, empática, respeitadora, humilde, discreta e confidencial e, por outro lado, se pretende contribuir para a mudança de uma realidade, reconhecendo que cada contexto possui as suas características, as suas fragilidades e as suas potencialidades.

Sendo este livro enriquecido com a apresentação de uma experiência empírica - Missão de Voluntariado Internacional em

São Tomé e Príncipe - inclui ainda o testemunho dos elementos do grupo de voluntários liderado pela Cláudia e, como a própria diz neste livro “O voluntariado é uma experiência de extrema importância, quer para o desenvolvimento pessoal como profissional. Dado o facto de ter essa consciência, e como voluntária em diversos projetos, sempre idealizei realizar um projeto de voluntariado internacional. Numa fase inicial, iria sozinha, mas após partilhar a ideia no seio do curso de Educação Social, onde sou diretora na atualidade, vários alunos/as mostraram interesse em acompanhar-me e considerei que seria uma atividade formativa muito interessante.”

Ao mergulhar neste livro de coração grato e humilde, também poderá testemunhar isso mesmo.

É um livro que nos recorda que os sonhos são para se concretizar, um livro que nos agita a consciência e nos planta vontades, que nos conduz por uma viagem a uma ilha que tem o poder de nos despertar os sentidos e que nos impulsiona a ser e a fazer mais e melhor.

E depois? Depois é simples. Tem o poder da decisão e motivado por palavras sinceras de pessoas comuns, com sonhos comuns, poderá igualmente explorar o mundo do Voluntariado e, sem pressas, construir o seu próprio caminho, com passos seguros, assertivos e confortáveis.

Adoro pessoas que sonham, mas admiro profundamente quem se levanta e faz acontecer.

Obrigada Cláudia, por nos ajudares nesta feliz caminhada.

Ircília Gonçalves (Lia)

Educadora Social e Voluntária





INTRODUÇÃO

“Grandes realizações são possíveis quando se dá importância aos pequenos começos” (Lao-Tsé)

O livro *Voluntariado e Mudança Social: uma relação diacrónica* pretende-se que seja uma obra de reflexão teórico-prática sobre o voluntariado, em geral, e sobre uma experiência de voluntariado internacional, em particular.

Na atualidade mundial, existe uma panóplia de realidades e áreas distintas onde o voluntariado tem vindo a crescer e a deixar uma marca positiva. O trabalho voluntário pode ser central na vida das pessoas e constituir um marco da sua identidade profissional ainda mais do que o trabalho remunerado (Taylor, 2004).

O voluntariado atua sob diversos âmbitos e de diferentes formas, adaptando-se às necessidades sentidas pela sociedade, dado que a realidade social não é estanque e como tal as questões a serem colmatadas também não o são, o que permite um trabalho de adaptação por parte do voluntário.

O voluntariado é entendido como uma ação transformadora, realizada por um indivíduo ou grupo, que através da doação do seu tempo, trabalho e talento a uma causa pode ser facilitador de mudança social.

Por sua vez, a mudança social é entendida por alterações nas estruturas básicas de um grupo social ou sociedade é um fenómeno

constante da vida social, que se intensificou na era globalizada (Giddens, 2001). A transformação social, por outro lado, precisa assumir-se com uma dimensão projetiva, dado que não se limita a satisfazer e descrever as práticas educativas e apontar as falhas a melhorar. Para Peresson (2006), uma pedagogia transformadora é uma pedagogia que combina a forte inserção na realidade com a capacidade de imaginar novos cenários. O facto de termos realizado uma missão de voluntariado de curto prazo não nos permitiu gerar transformação social, mas sim gerar mudanças na práxis quotidiana e permitir reflexões para melhorar as diversas realidades com que interagimos.

Neste livro iremos ter duas partes diferenciadas, uma de abordagem concetual sobre o que se entende por voluntariado e suas características, perfil dos voluntários e suas motivações. Haverá também lugar para uma reflexão sobre a educação e a solidariedade associadas à prática do voluntariado, numa tentativa de sensibilização para a mudança social.

Na segunda parte da obra, iremos relatar uma experiência de voluntariado universitário internacional, realizada em São Tomé e Príncipe, mais concretamente na Santa Casa da Misericórdia, por estudantes do Curso de Educação Social, da Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC), da Universidade do Algarve.

Pretendemos destacar a participação social solidária dos jovens em missão bem como a partilha das aprendizagens e vivências na ilha de São Tomé e Príncipe, também conhecida pela ilha do chocolate.

As conclusões que retiramos desta missão revelam que o trabalho voluntário é de extrema importância para a mudança e transformação social; que as instituições de ensino superior deverão ser aliadas na formação de uma sociedade capaz, participante e cidadã; e que o voluntário é um agente impulsionador da cidadania ativa, da melhoria da qualidade da educação e da transformação da vida em sociedade, nas diversas

esferas do desenvolvimento humano.

Concordamos com Paulo Freire quando recusava aceitar que as coisas são assim, como por acaso ou por força de um destino. A História, para ele, é possibilidade e não determinação. “O mundo não é. O mundo está sendo” (Freire, 1996, p. 85). Daí que o estar no mundo implica necessariamente fazer opções, tomar decisões e intervir na realidade, sendo o voluntariado uma dessas escolhas.

Para finalizar, gostaríamos de referir que todas as fotografias que surgem ao longo da obra tiveram o consentimento dos seus participantes, ou dos seus representantes legais.



Figura 1.1. *As mãos da missão*



CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

*“O maior bem que fazemos aos outros
não é comunicar-lhes a nossa riqueza,
mas revelar-lhes a sua” (Loius Lavelle)*

1.1 -VOLUNTARIADO

A concetualização do termo voluntariado é bastante extensa, dadas as inúmeras definições por todo o mundo. Facto este que poderá revelar, por um lado, a pouca reflexão e, por outro, a sua riqueza (Wilson, 2000). Segundo os autores Cnaan, Handy e Wadsworth (citados por Chacón & Vecina M.L., 2002, p.24), a dificuldade em definir o conceito de voluntariado reside no facto de este ser associado a atividades não remuneradas, o que origina em certas circunstâncias dificuldades em perceber o que é considerado como trabalho voluntário.

A origem da palavra “voluntário” vem da expressão latina *voluntas*, que significa “vontade, faculdade de querer”. O voluntariado é uma atividade de oferta de tempo e capacidades/ aptidões para a realização de determinado serviço ou ação (Amorim, 2015).

O voluntariado é definido atendendo a uma perspectiva internacional e nacional.

Para a União Europeia, o voluntariado é visto como o “meio de formação e aprendizagem para a integração no mercado de trabalho e como via de expressão da cidadania e participação ativa” (Almeida & Ferrão, 2001, p.39).

De acordo com o Manifesto sobre o voluntariado na Europa, elaborado pelo European Volunteer Centre (2006, p.5), o trabalho voluntário é visto como forma “de integração e inclusão social que contribui para uma sociedade coesa, criando laços de confiança e solidariedade e, por conseguinte, capital social”.

Para as Nações Unidas (NU), o conceito de voluntário refere-se “Ao jovem ou ao adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos de intervenção” (Nações Unidas, 2001, p. 14).

Em Portugal, e atendendo à legislação em vigor, no decreto-lei 71/98, art.º 2, o voluntariado é definido como,

o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Não são abrangidas pela presente lei as atuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança. (Decreto – Lei nº 71/98, p. 5695).

A presente lei exclui o voluntariado informal, isto é, fora de organizações ao contrário da definição apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela União Europeia (UE), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela AVSO (*Association for Voluntary Service Organizations*), o que desvaloriza o trabalho de cidadania ativa de muitos voluntários. Segundo os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), 48,4% das pessoas que exerceram uma atividade de voluntariado fizeram-na de modo informal (Cooperativa António Sérgio para

a Economia Social-CASES, 2013).

Para a AVSO, o voluntário é a pessoa que presta serviço por vontade própria, sem pagamento, geralmente no âmbito de uma Organização Sem Fins Lucrativos (ONG).

Ivan Scheier (citado por McCurley & Lynch, 1996) apresenta uma definição planetária de voluntariado, escrita de forma simples e que congrega quatro pontos:

1º- O voluntariado é uma atividade relativamente incoerciva. Ninguém impõe nada, mas a pessoa obriga-se a si mesma a fazê-lo e o seu bem-estar pode depender disso. Outras definições como a da ONU, da OIT e a que está na legislação portuguesa (e de outros países) afirmam que a atividade de voluntariado é realizada de livre vontade, isto é, por iniciativa própria. Assim, não estão incluídas as ações de voluntariado realizadas por obrigação legal como as sentenças estipuladas pelo tribunal, serviço militar, requisitos curriculares académicos ou outras que sejam obrigatórias por qualquer motivo.

2º - Enfatiza o facto de o voluntariado existir porque a intenção é ajudar e isso é o aspeto central. Logo, uma ação que seja feita para prejudicar (algo ou alguém) não pode ser classificada de voluntariado, independentemente da filosofia ou valores que defenda. A definição portuguesa realça que é o conjunto de ações de interesse social e comunitário.

3º - Salaria o facto de não existir intenção, à partida, de recompensa monetária. Ou seja, o voluntariado é levado a cabo sem compensação em dinheiro ou em géneros. No entanto, os voluntários podem receber “subsídios” em casos específicos (como, por exemplo, em missões de cooperação humanitária). Esta dimensão económica do trabalho de voluntariado inclui ainda o trabalho a tempo inteiro de voluntários tanto a nível nacional como internacional.



4º - Explicita a natureza do trabalho voluntário que implica esforço, cumprimento de regras, procedimentos e compromisso.

Segundo Delicado (2002), Portugal revelou as taxas mais baixas de voluntariado da Europa, cujos motivos se ficam a dever a um conjunto de fatores, nomeadamente culturais, sociodemográficos, a características do mercado laboral, entre outras. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2018 efetivamente, os resultados indicam que a taxa de voluntariado em Portugal era de 7,8% e a média europeia de 19,3%, com a Holanda (40,2%) e a Dinamarca (38,1%) a surgirem nos primeiros lugares (Jacinto, 2020).

Para Franco (2005) e para o Centro Europeu de Voluntariado (2008), citados por Martins (2012), o baixo envolvimento da sociedade portuguesa no voluntariado pode explicar-se através de vários fatores, nomeadamente os 48 anos de regime autoritário, a pouca cultura cívica do País, o elevado estatuto da classe média e média alta, um mercado de trabalho de horas extras mais aliciante em termos remuneratórios, um Estado que não promove voluntariado e a uma recente consciência de responsabilidade corporativa e social. (p.4)

Concluimos que existem elementos comuns nas várias definições e que formulam o conceito de voluntariado como sendo um trabalho voluntário, de escolha livre e autónoma, exercido de forma gratuita, sem imposição de horários, de duração temporal e sempre a favor de terceiros.

É ainda destacado o papel do voluntariado para encontrar soluções no combate aos problemas sociais emergentes, realçando o facto de este se tornar numa mais-valia não só para obtenção de emprego, mas também na possível criação de novas oportunidades de emprego.

Os princípios enquadradores do voluntariado em Portugal (art.º 6º do decreto-lei 71/98, p. 5695) referem que:

- O voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência;
- O princípio da solidariedade traduz-se na responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos fins do voluntariado;
- O princípio da cooperação envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de ação concertada;
- O princípio da responsabilidade reconhece que o voluntário é responsável pelo exercício da atividade que se comprometeu realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do trabalho voluntário;
- O princípio da convergência determina a harmonização da ação do voluntário com a cultura e objetivos institucionais da entidade promotora.

Rego, Zózimo e Correia (2017) concluíram que o voluntariado é um contexto especialmente propício ao desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa e na sua relação com os outros, evidenciando-se três conclusões principais:

a) há a assunção, por parte de um número importante de pessoas e organizações, da aquisição de competências por parte dos voluntários; b) estas competências são, antes de mais, de natureza transversal; e c) há boa receptividade, por parte de um número importante de pessoas e organizações, à criação de um sistema de validação de competências geradas pelo voluntariado (p.94).

Dada a importância do tema, em 2001, assinalou-se, pela primeira vez, o Ano Internacional do Voluntariado e em 2011 o Ano Europeu das Atividades Voluntárias, marcos históricos de



extrema relevância.

1.2 -CARACTERÍSTICAS DOS VOLUNTÁRIOS

Iniciamos este ponto com a seguinte questão, existe um perfil para se exercer o voluntariado? Na realidade não se pode considerar a existência de um perfil único, dadas as características da pluralidade e diversidade que caracterizam atualmente o voluntariado. No entanto, todas as pessoas têm capacidades, habilidades, competências e dons para exercer o voluntariado. Aliás, o indivíduo não nasce voluntário, necessita de formação e orientação para exercer esse papel, há um processo de construção e investimento na função.

No entanto, e segundo a Lei Portuguesa, um voluntário é um

indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora. 2 — A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes da lei. (Decreto – Lei nº 71/98, p. 5694).

E o que move as pessoas para fazer voluntariado? O papel da motivação é o elemento central do voluntarismo (Ryan & Deci, 2000). As vantagens ou benefícios no voluntário geram efeitos positivos, na sua autoestima, na melhoria do desempenho académico, na melhoria da eficácia pessoal e na melhoria da confiança (Snyder, 2009). Vários teóricos (Clary *et al.*, 1998; Millette & Gagné, 2008; L. Penner, 2002, citados por Martins,

2013) têm apoiado a exploração e explicação das razões do envolvimento da motivação em atividades de voluntariado. Para Gemelli et al. (2016) existem quatro dimensões de motivação, as pessoais, as sociais, as profissionais e as ideológicas.

De acordo com Sofia Ramos (2012), através da variável género é também possível distinguir quais as áreas preferenciais de exercício do voluntariado. O sexo feminino opta pelo voluntariado de execução em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), hospitais e ONG, ao passo que o sexo masculino se direciona em grande medida para o voluntariado de direção, essencialmente vocacionado para os domínios desportivos.

Segundo Ramos (2007), as premissas comuns aos voluntários passam pela sua disponibilidade para dedicar o seu tempo livre à atividade voluntária e à preparação exigida para a mesma; abertura, respeito e tolerância com todos os seres humanos e a generosidade e gratuidade na promoção dos interesses daqueles a quem se dirige a sua atividade. (p.16)

A legislação em vigor refere que o exercício da atividade voluntária obedece a regras, ou seja, os voluntários têm direitos e deveres, enquanto parte de uma organização com quem estabeleceram um compromisso.

Relativamente aos direitos e segundo o art.º 7 do decreto-lei 71/98, o voluntário deve:

- a) Ter acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário;
- b) Dispor de um cartão de identificação de voluntário;
- c) Enquadrar-se no regime do seguro social voluntário, no caso de não estar abrangido por um regime obrigatório de segurança social;
- d) Exercer o seu trabalho voluntário em condições de higiene e segurança;
- e) Faltar justificadamente, se empregado, quando convocado pela organização promotora, nomeadamente por motivo do



cumprimento de missões urgentes, em situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas;

f) Receber as indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias legalmente definidas, em caso de acidente ou doença contraída no exercício do trabalho voluntário;

g) Estabelecer com a entidade que colabora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar;

h) Ser ouvido na preparação das decisões da organização promotora que afetem o desenvolvimento do trabalho voluntário;

i) Beneficiar, na qualidade de voluntário, de um regime especial de utilização de transportes públicos, nas condições estabelecidas na legislação aplicável;

j) Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma actividade programada pela organização promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites eventualmente estabelecidos pela mesma entidade.

2 — As faltas justificadas previstas na alínea e) contam, para todos os efeitos, como tempo de serviço efetivo e não podem implicar perda de quaisquer direitos ou regalias.

3 — A qualidade de voluntário é compatível com a de associado, de membro dos corpos sociais e de beneficiário da organização promotora através da qual exerce o voluntariado. (p.5695)

E como deveres o voluntário deve (art.º 8: decreto-lei 71/98):

a) Observar os princípios deontológicos por que se rege a atividade que realiza, designadamente o respeito pela vida privada de todos quantos dela beneficiam;

b) Observar as normas que regulam o funcionamento da entidade a que presta colaboração e dos respetivos programas ou projetos;

c) Atuar de forma diligente, isenta e solidária;

- d) Participar nos programas de formação destinados ao correto desenvolvimento do trabalho voluntário;
- e) Zelar pela boa utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios postos ao seu dispor;
- f) Colaborar com os profissionais da organização promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas;
- g) Não assumir o papel de representante da organização promotora sem o conhecimento e prévia autorização desta;
- h) Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário de acordo com o programa acordado com a organização promotora;
- i) Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua atividade.

As instituições promotoras de voluntariado são responsáveis por “(...) gerir o seu capital de voluntários, distribuir tarefas à medida da disponibilidade e aptidões de cada um, prolongar a permanência dos voluntários proporcionando-lhes condições satisfatórias de trabalho” (Almeida & Ferrão 2001, p.115). Em Portugal, a área de intervenção primordial do trabalho voluntário refere-se sem dúvida ao domínio dos serviços sociais, tal como nos restantes países do sul europeu. De acordo com a lei vigente, só são consideradas organizações promotoras de voluntariado “as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade (...)” (Decreto-lei 71/98, art.º 4, p.5694).

O voluntariado pode ser exercido em diferentes realidades, com animais, crianças e jovens, famílias, migrantes e minorias, pessoas com deficiência, pessoas hospitalizadas, pessoas sem-abrigo, reclusos, seniores, vítimas de violência doméstica, entre outras.

No que concerne à dimensão geográfica, o voluntariado pode



ser desenvolvido em contexto nacional, internacional ou mesmo on-line, que nestes últimos tempos tem vindo a aumentar.

Segundo o Inventário de Funções de Voluntariado (Clary *et al.*, 1998), a possibilidade de promover oportunidades de carreira é uma das seis funções do voluntariado. De facto, vários estudos demonstram que, para além de motivações altruístas (gostar de ser útil, de dar resposta às necessidades de outros) ou de ordem moral ou religiosa (o imperativo de ajudar os outros) para o exercício de voluntariado, entre os voluntários mais jovens, é comum encontrar motivações “instrumentais”, geralmente ligadas ao treino para uma profissão (Bickel & Lalive d’Espinay, 2001; Delicado, Almeida & Ferrão, 2002; Shields, 2009). O voluntariado pode melhorar assim as perspetivas de empregabilidade, não só fortalecendo o curriculum vitae de estudantes (Anderson & Green, 2012), na medida em que contribui para a aprendizagem prática após uma aprendizagem teórica dada nas escolas e universidades (Lithgow & Timbrell, 2014).

McCurley e Lynch, (2011, p.10), identificaram várias categorias de voluntários, atendo ao tipo de envolvimento que praticam, descritas na Figura 1.2.

Segundo o Conselho da União Europeia (2011), e tendo em conta as particularidades de cada Estado, existem diferentes tipos de voluntariado, ou seja, atividades de voluntariado formais e informais, tal como ilustra a Figura 1.3.

O voluntariado formal realiza-se no âmbito de uma organização/instituição. O informal realiza-se fora do contexto organizacional e é também designado por apoio social ou comportamento de ajuda. Trata-se de um tipo de voluntariado espontâneo, realizado em nome individual, dado que não está



Figura 1.2. *Categorias dos voluntários*

enquadrado numa instituição. A pessoa voluntária representa-se a si própria e não a uma organização. Isso permite mais facilmente desenvolver este tipo de atividade de forma anónima.

Para Hardill e Baines (2011), a diferença entre o voluntariado

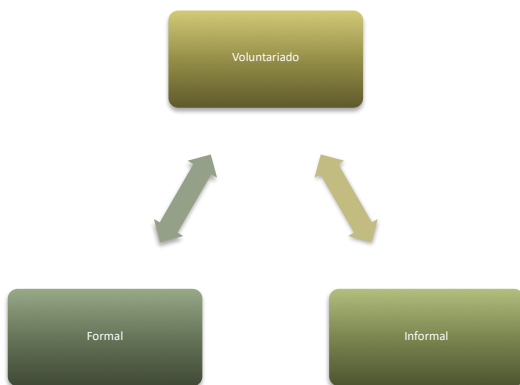


Figura 1.3. *Tipos de voluntariado relativamente ao contexto de atuação*



formal e informal é que o primeiro é levado a cabo em grupos ou organizações e o segundo realizado numa base interpessoal, no contexto de relações de vizinhança e da dádiva de tempo.

Segundo Parboteeah, Cullenb e Lima, citados por Serapioni et al., (2015), o voluntariado informal inclui comportamentos como, por exemplo, ajudar os vizinhos ou idosos, e o voluntariado formal caracteriza-se por comportamentos semelhantes, mas enquadrados no âmbito de uma organização”. (p. 18)

O voluntariado pode ser ainda de curta ou longa duração, atendendo aos objetivos e atividades dos projetos, representado na Figura 1.4.

O voluntariado de curta duração refere-se a episódios esporádicos ou únicos e o de longa duração desenvolve-se de uma forma continuada no tempo, podendo ser a tempo inteiro ou parcial.

De acordo com McCurley e Lynch (2011, pp.8-9), o voluntário de curta ou longa duração apresenta diferentes especificidades, tal como podemos analisar na Figura 1.5.

O exercício do voluntariado pressupõe a seleção dos voluntários, que deve ser efetuada através de uma entrevista e respetiva seleção dos elementos.



Figura 1.4. Tipos de voluntariado atendendo à sua duração

Entrevistar voluntários não se limita a um processo de comparar uma lista de candidatos frente a uma lista de características pretendidas para determinados cargos. É um processo bem mais subtil, compreender muito bem a pessoa que está a ser entrevistada, com o objetivo último de a enquadrar com a situação de trabalho que será compensadora, para o voluntário e para a organização (Fernandes, nd, p.42).

Voluntariado de longa duração	Voluntariado de curta duração
Dedicação a uma causa ou uma organização.	Um interesse geral numa causa ou organização.
Normalmente recrutado por uma de três formas: autorrecrutamento, desejo crescente que nasce "de dentro", por "clonagem".	Normalmente recrutados de forma ativa por uma de 3 formas: devido a um específico trabalho de voluntariado que os atrai, pela participação num evento ou atividade que lhes agrada, por uma "escolha forçada" ao serem convidados.
Empenham-se na missão da organização, tendem a ser generalistas, fazendo de tudo.	Querem um trabalho bem definido de curta duração.
A sua motivação baseia-se tanto na concretização como na afiliação. O reconhecimento é melhor expresso como uma melhor oportunidade de envolvimento na causa da organização.	A sua motivação é uma questão de reconhecer a sua concretização pessoal e não o seu estatuto no grupo. O reconhecimento passa por agradecer o contributo e permitir-lhes sair.

Figura 1.5. *Especificidades dos voluntários de longa e de curta duração.*

Os objetivos da entrevista são diversos, pois pretendem conhecer as competências e interesses dos voluntários, a capacidade para trabalhar num ambiente específico, as suas qualificações e disponibilidades.

O trabalho voluntário implica sempre preparação. Para McCurley e Lynch (2011), a preparação inclui cinco elementos, a orientação, a formação, o treino, o aconselhamento e a mentoria. A orientação passa pelo acolhimento e integração do voluntário bem como a descrição do plano de trabalho. A formação prepara



os voluntários para a ação.

O aconselhamento passa por apoiar o voluntário a resolver um problema ou melhorar a sua intervenção. A mentoria, por sua vez, ajuda os voluntários a sentirem-se bem e a melhorar as suas redes sociais com os voluntários mais experientes. Os mentores providenciam a ligação pessoal à organização e o encorajamento que apoiará o novo voluntário.

O voluntariado tem vindo a acompanhar a mudança societal, sendo que as diferenças entre o antigo e o novo voluntariado são descritas por Rehberg (2016). O voluntariado “antigo” encontrava-se ligado a certos meios sociais, como as comunidades religiosas ou políticas, envolvendo um compromisso de longo prazo, onde as motivações altruístas desempenhavam um papel fundamental. Por outro lado, o “novo” voluntariado é mais orientado para o projeto, e os voluntários têm expectativas específicas quanto à forma, ao tempo e ao conteúdo do seu envolvimento. O voluntariado atual é o resultado do contexto social de cada época e surge como uma peça fundamental para o desenvolvimento económico e social das sociedades (Soler, 2007).

1.3 - VOLUNTARIADO E AS SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

O voluntariado pode ser desempenhado em distintas áreas de intervenção, tal como se pode observar na Figura 1.6.

O voluntariado universitário tem como base a universidade, local de partilha e aquisição de conhecimentos, considerada como um período transitório na vida de um estudante, que acarreta impactos a nível académico, social, emocional e pessoal (Taveira, 2001). Para a autora, a universidade exige a conquista de um espaço social, e a afirmação de uma mais valia intelectual e pessoal, através de atitudes e comportamentos positivos de trabalho e de relacionamento. Os alunos que optam por realizar

voluntariado ao longo da sua permanência na universidade apresentavam várias motivações.

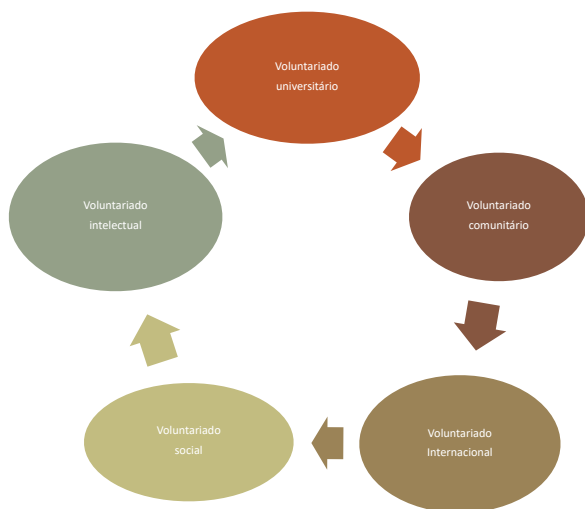


Figura 1.6. Áreas de Intervenção

Para Holdsworth (2010, citado por Lopes, 2019, p.9), as principais motivações identificadas no estudo Keele University para os estudantes que fazem voluntariado são:

- Empregabilidade;
- Aquisição de habilidades ou de experiências específicas;
- Oportunidade de aprender algo novo, ou com as experiências de outras pessoas;
- Oportunidade de passar habilidades para outros;
- Destacar-se da multidão;
- Enriquecimento do currículo;
- Fé;
- Oportunidade de fazer novos amigos;
- Oportunidade de fazer algo divertido.



Segundo Holdsworth (2010), todos os alunos identificaram que o voluntariado estava associado à construção da autoconfiança, interagindo com outras pessoas e gerindo situações difíceis bem como uma aproximação ao mundo do trabalho.

No entanto, defendemos que o voluntariado universitário também pode ser entendido como voluntariado educativo, na medida em que é uma experiência formativa, de características próprias, com conteúdos e metodologias voltados para a formação pessoal e social do indivíduo. Falamos de voluntariado educativo quando, num projeto, ocorre uma articulação entre a intenção pedagógica com a intenção solidária e social. A promoção do contexto académico como centro de cidadania proporciona benefícios tanto sociais como educativos aos alunos.

O **voluntariado social** é praticado por pessoas altruístas, preocupadas com o bem-estar dos outros. No voluntariado social, e segundo Soler (2007), existe um conjunto de características pessoais que devem estar presentes nos voluntários: responsabilidade e compromisso de dedicação do tempo definido; ausência de preconceitos de natureza social; habilidade para relacionamentos interpessoais; afetividade e empatia; discrição, prudência com as informações recebidas e capacidade de manter a confidencialidade; capacidade em manter um distanciamento emocional dos problemas dos destinatários dos projetos; disposição para dar e receber; estabilidade emocional; facilidade para trabalhar em equipa; disponibilidade para receber formação e capacidade de resposta perante situações de conflito.

O **voluntariado internacional** encontra-se em crescente nos países em desenvolvimento. O objetivo das missões internacionais é trabalhar com a comunidade local, capacitando-a, de modo a torná-la autossuficiente. Soler (2007) identifica três características que diferenciam o voluntariado internacional das outras práticas de voluntariado: beneficia pessoas, grupos ou

instituições de diferentes países; a temporalidade do benefício de ajuda observa-se a médio-longo prazo; e as comunidades locais devem cooperar ativamente nos projetos de desenvolvimento, para que estes sejam eficazes. O voluntariado internacional proporciona diversas vantagens para a comunidade local, onde o princípio da solidariedade e cooperação estão presentes, uma visão humanitária e capacidade para concertar as diferenças culturais, capacidade de organização e pensamento crítico.

A colaboração é o pilar do desenvolvimento de projetos em países em desenvolvimento, sendo para isso de extrema importância a capacidade de organização, pensamento crítico e trabalho em equipa, bem com a participação ativa da comunidade local no desenho de projetos (Soler, 2007).

Por sua vez, o **voluntariado comunitário** contribui para a eficácia de qualquer programa de desenvolvimento ou promoção cidadã das agências municipais, uma vez que liberta os recursos humanos da comunidade, estimulando a capacidade de solidariedade dos seus membros, enriquecendo o tecido associativo e criando um clima de identificação com as necessidades, expectativas e potencialidades da comunidade (Soler, 2007).

Para o autor, este voluntariado apresenta cinco características na sua realização: a) O seu raio de ação é limitado à comunidade; b) Surge da vida quotidiana da comunidade para estimulá-lo e fortalecê-lo; c) Apresenta uma abordagem global da ação sociocultural; d) O benefício das atividades reverte diretamente na própria comunidade; e e) É promovido por Instituições Municipais, mas com alto grau de independência operacional. Para a autora, é fundamental o envolvimento da comunidade local para o desenvolvimento do voluntariado comunitário.

Por último, o **voluntariado intelectual** pode ser manifestado através da doação de bens, dinheiro, tempo e



conhecimento. Este voluntariado encontra-se relacionado ao capital intelectual, fundamental para desenvolver soluções que sirvam às organizações.

Para Kong e Ramia (2010), o papel essencial do capital intelectual não é apenas o de ajudar na formulação de estratégias para alocação de recursos, como também o de partilhar conhecimento entre funcionários e voluntários nas organizações sem fins lucrativos. Para além disso, é importante na atração de novos voluntários e profissionais.

1.4 - VOLUNTARIADO: INSTRUMENTO DE MUDANÇA SOCIAL

Neste ponto, e após já termos descrito o que se entende por voluntariado e suas características, considerou-se importante fazer uma articulação com alguns conceitos estruturantes, nomeadamente educação, solidariedade, educação social, como ferramentas para a mudança social e, por conseguinte, para a respetiva transformação individual e grupal. De destacar que, no nosso entender, existe uma relação diacrónica entre os vários conceitos, pois há uma evidência clara da proximidade e interdependência entre todos, como nos mostra a Figura 1.7, sendo o fim último a mudança social.

Iniciamos a reflexão sobre o papel da educação no processo de desenvolvimento das sociedades e respetivo compromisso educacional para com as pessoas. Um compromisso demarcado

pelos valores de humanidade e cidadania considerados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e onde a educação surge apontada como um dos direitos fundamentais. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, Art.º 26º), todas as pessoas têm direito à instrução gratuita e obrigatória. Jacques Delors destaca também que cabe à educação fornecer, de algum modo, a cartografia dum mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele (1996, p.77). A educação deverá ser assumida como um compromisso para o desenvolvimento das sociedades, um direito e um dever de cidadania ativa e participativa.

O voluntariado surge no âmbito da educação ao longo da

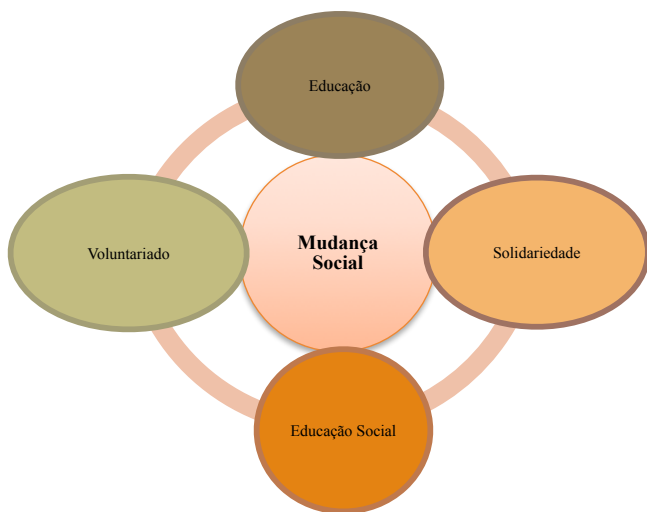


Figura 1.7. *Relação diacrônica entre os vários fatores promotores de mudança social*

vida, possível de concretizar em qualquer momento da vida dos indivíduos, sendo algo positivo e que permite o aprofundamento de novos saberes e reflexões, no sentido de uma aprendizagem



significativa e transformadora (Abreu, Afonso, & Loureiro, 2014; Simões, 2016).

De acordo com a Declaração Universal sobre o Voluntariado (1990), o mesmo é uma componente fundamental da sociedade civil, uma vez que dá vida às mais nobres aspirações da humanidade, a procura pela paz, pela liberdade, pela oportunidade e segurança e pela justiça para todos. Com a globalização e as mudanças contínuas, o mundo tem-se tornado um lugar cada vez mais complexo e desafiante. O voluntariado suporta os valores humanos da comunidade, o cuidado e o serviço aos outros, fortalecendo as relações interpessoais e o sentido de responsabilidade e de pertença a um grupo, como já foi referido.

A origem do voluntariado em Portugal e em outros países europeus resulta da influência dos valores cristãos que, na prática, eram assentes em ações de caridade na sociedade, promovidas por Hospitais, Santas Casas da Misericórdia e outras instituições religiosas.

Dados os desafios da sociedade e as suas diversas necessidades, hoje em dia, fruto do aparecimento do “terceiro setor”, são várias as organizações que promovem o trabalho voluntário. Destacamos as organizações não-governamentais (ONGs), as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), empresas que incluem nos seus objetivos a responsabilidade social, entre outros.

Se o Voluntariado foi durante muito tempo identificado com atitudes assistencialistas, na medida em que se esgotavam na mera intervenção (considerada por si só) e paternalistas, na medida em que promoviam a desresponsabilização dos que eram ajudados, inevitavelmente contraproducentes, atualmente o voluntariado adquiriu um carácter transformador (Ramos, 2007, p.8).

O grande desafio que se coloca consiste em apelar ao desenvolvimento de projetos de intervenção que criem as condições necessárias à construção de projetos pessoais, no sentido de uma maior autonomia e participação crítica, contribuindo para a emancipação pessoal, comunitária e social. A principal finalidade é o desenvolvimento holístico do ser humano, na busca da cidadania ativa. Promovendo a autonomia e a participação ativa, tanto o projeto como o plano vêm colocar a pessoa no centro do processo educativo, apelando à valorização de todos os seus saberes e experiências, num ambiente reflexivo e colaborativo.

No contexto do exercício de uma cidadania ativa, cabe à educação a criação de âmbitos que permitam que as pessoas transformem as diferentes formas de participação em trabalhos que possam fazer pela comunidade (Guerra, 2002). Promovendo a autonomia e a participação ativa dos cidadãos, o trabalho voluntário poderá surgir como uma estratégia privilegiada para o desenvolvimento humano.

O voluntariado contemporâneo é, indiscutivelmente, um exercício de cidadania e de participação que tem por base os conceitos de solidariedade, justiça social e igualdade de oportunidades. Uma ação que não se limita a resolver problemas imediatos, mas que procura a causa desses problemas, que os denuncia, e que os procura modificar - o voluntariado adquiriu um carácter transformador (Ramos, 2007, p.17).

A educação, como um processo permanente ao longo da vida, é a grande impulsora do desenvolvimento que, na procura e revalorização dos recursos disponíveis, diminui os riscos inerentes à sociedade atual e, simultaneamente, constrói um mundo novo e solidário.

O envolvimento dos estudantes em projetos de voluntariado é bastante enriquecedor para o desenvolvimento das suas



competências e habilidades, fundamentais para a sua formação integral, como a perseverança, comprometimento, integridade, solidariedade, iniciativa, autonomia, confiança e capacidade de resolução de problemas. Uma proposta pedagógica assente numa metodologia de projeto de voluntariado educativo desenvolve-se de acordo com os “quatro pilares da educação para o século XXI” sugerido por Jacques Delors (1999): aprender a ser, aprender a fazer, aprender a relacionar-se e aprender a conhecer. Também na obra de Paulo Freire (1921-1997), este revela uma forte preocupação com a contextualização da aprendizagem. Posterior, a Dewey (1859-1952), Freire recebe tal influência e coloca a sua pedagogia ao serviço da emancipação social, na medida em que busca formar cidadãos capazes de praticar a solidariedade e contribuir para a formação de uma consciência coletiva humanizadora, política e crítica.

O voluntariado educativo busca na pedagogia freireana a força para impulsionar uma proposta pedagógica baseada num conhecimento construído coletivamente, visando a participação na comunidade.

Segundo os diversos princípios enquadradores do voluntariado, em Portugal (artº 6º do decreto-lei 71/98, p. 5695), o mesmo obedece aos princípios da solidariedade.

A solidariedade baseia-se numa “relação de ajuda”, no sentido em que o voluntário atua porque alguém necessita e a sua ação não tem por base interesses económicos, nem a busca de poder ou reconhecimento social.

Para Rocha (1996), solidariedade relaciona-se com solidário, que deriva do sólido e pretende significar que os membros de um grupo devem comportar-se à imagem do corpo sólido, cujas partes se movem unidas e interdependentes (p.78). Esta conceptualização remete, desde logo, para as ideias de “união” e de “interdependência”, enquanto constituintes fundamentais da solidariedade.

Isabel Baptista considera que a solidariedade pressupõe a interdependência entre direitos e deveres e a referência a um universo de bens comuns, constituindo nessa medida uma espécie de princípio ético da vida social (2005, p.35).

Não se pode descurar a dimensão que o voluntariado e a solidariedade assumem nos dias de hoje, na unidade dos povos e na solução dos seus problemas. Cada sociedade procura perspectivas e soluções adequadas para acabar com as injustiças cometidas e patentes em cada comunidade, melhorando as condições das pessoas (Ramos, 2001, p.130).

Para De Filipe e Rivas (1995), a solidariedade agrega a união de pessoas para alcançar um determinado objetivo. Atualmente, o termo solidariedade adquiriu um significado ético para designar a convicção de que cada ser humano deve sentir-se por todos. O que é conducente com o que referiu Levinas ao mencionar “antes de ser livre, sou responsável pelo outro”.

A educação para a solidariedade é tarefa de todos, dentro e fora da academia. Assim, toda a comunidade educativa pode participar num projeto de voluntariado educativo de carácter local, nacional ou internacional.

A educação está a reformular-se, a (re) conceptualizar-se em termos de um aprender a aprender ao longo da vida, no contexto comunitário e na sociedade de aprendizagem, exigindo da educação formal (escolaridade obrigatória e ensino superior) o desenvolvimento da formação do sujeito em diferentes contextos (Carrasco *et al.*, 2000).

A educação, e em concreto a educação social, uma área que visa a emancipação da sociedade, libertando os indivíduos de uma postura passiva e oprimida, tal como nos referenciou Paulo Freire nas suas obras, é um agente de mudança social. “Os educadores são mediadores morais, têm uma obrigação de educar para a cooperação, para a participação e para o autodesenvolvimento”



(Zaragoza, 2002, p.79).

Destaca-se o facto da pedagogia social se enquadrar no âmbito do conhecimento, e a educação social no âmbito pragmático.

A educação social deverá ser entendida como: educação na sociedade, como transmissão dos valores educativos e culturais próprios de uma comunidade; influência da sociedade no indivíduo e influência política para a vida social ou formativa; a educação social como educação não formal, extraescolar e formação social do indivíduo (aquisição de competências sociais); e, ainda, como ação educadora da sociedade e de socialização do indivíduo; como adaptação, prevenção e controlo social; como trabalho social educativo (apoio educativo) a pessoas e grupos que configuram a sociedade; etc. (Martins, 2013, p.9).

A construção de uma comunidade equitativa passa por dar visibilidade à solidariedade comunitária, à luz de novos modelos metodológicos e práticos.

O trabalho do educador social, neste domínio, deverá, nas palavras de Ander-Egg (1995, p.48), “impulsionar e gerar ações que potencializam o desenvolvimento de indivíduos, grupos e comunidades, tendendo a fornecer condições para a participação ativa das pessoas na solução dos próprios problemas”.

Romans (2000) refere que, para além das funções de carácter educativo que devem estar presentes na comunidade, é também possível reconhecer funções mais particulares, como as funções de informação e orientação de voluntariado, que visam principalmente detetar e resolver os problemas sociais, promover a participação da comunidade, de forma a aumentar a capacidade de inovação, e criar projetos comunitários que desenvolvam os indivíduos e a comunidade.

O educador deve ser uma pessoa madura, responsável e saudável (mental e emocionalmente). Deve ser capaz de manter

uma postura otimista e deve ser paciente mesmo em situações complicadas. Deve estar consciente das suas capacidades e limitações em qualquer intervenção (Ortega, 1999).

A promoção de ações de voluntariado é importante para que um maior número de pessoas tenha consciência das necessidades da sociedade e possam formar-se e cooperar na sua superação. Ou seja, para que através da sua intervenção sejam promovidos os princípios do voluntariado e ocorra uma real mudança e transformação social.

A perspetiva de uma conceção solidária da vida social não é qualquer coisa de utópico, mas transforma-se numa força operativa, capaz de responder ao desenvolvimento e ao progresso da Humanidade. Saliente-se que o envolvimento voluntário e solidário pode favorecer também um estilo de vida saudável para as pessoas que o praticam. Dedicar-se a boas causas, sentir-se motivado para ajudar os que precisam, combater as injustiças, favorece não só a felicidade dos outros, mas também dos que escolhem e adotam esse modo de ser útil (Ramos, 2001, p.150).

Assim, a educação deixa de ser vista como obrigação apenas da escola e passa a ser assumida por toda a comunidade, afinal “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1983, p.9).







CAPÍTULO II EXPERIÊNCIA EMPÍRICA

Missão de Voluntariado Internacional em São Tomé e Príncipe

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

São Tomé e Príncipe é considerado o país mais pequeno de África Continental, formado por duas pequenas ilhas, São Tomé e Príncipe e Príncipe, e por alguns ilhéus tais como: ilhéu das Rolas, das Cabras, de Bom Bom, Caroco e Pedras Tinhosas. O ilhéu das Rolas é atravessado pela linha do Equador. Foi neste local que entre 1915 e 1918 se realizou a primeira missão geodésica numa colónia portuguesa e onde se comprovou a passagem da linha equatorial no ilhéu. Para o assinalar foi erguido, em 1936, o Padrão do Equador, um pequeno monumento de homenagem aos trabalhos realizados por Gago Coutinho.

O arquipélago localiza-se entre as latitudes de $7^{\circ} 44'$ Norte e $0^{\circ} 1'$ Sul e entre as longitudes de $7^{\circ} 28'$ Este e $6^{\circ} 27'$ Oeste. Situadas no Golfo da Guiné, a 380 km da Costa da África Ocidental, as ilhas são banhadas pelo oceano Atlântico. O arquipélago



Figura 2.1. Linha do Equador

abrange uma extensão de 1001 km² entre o Equador e o Gabão e possui uma superfície de cerca de 850 km².

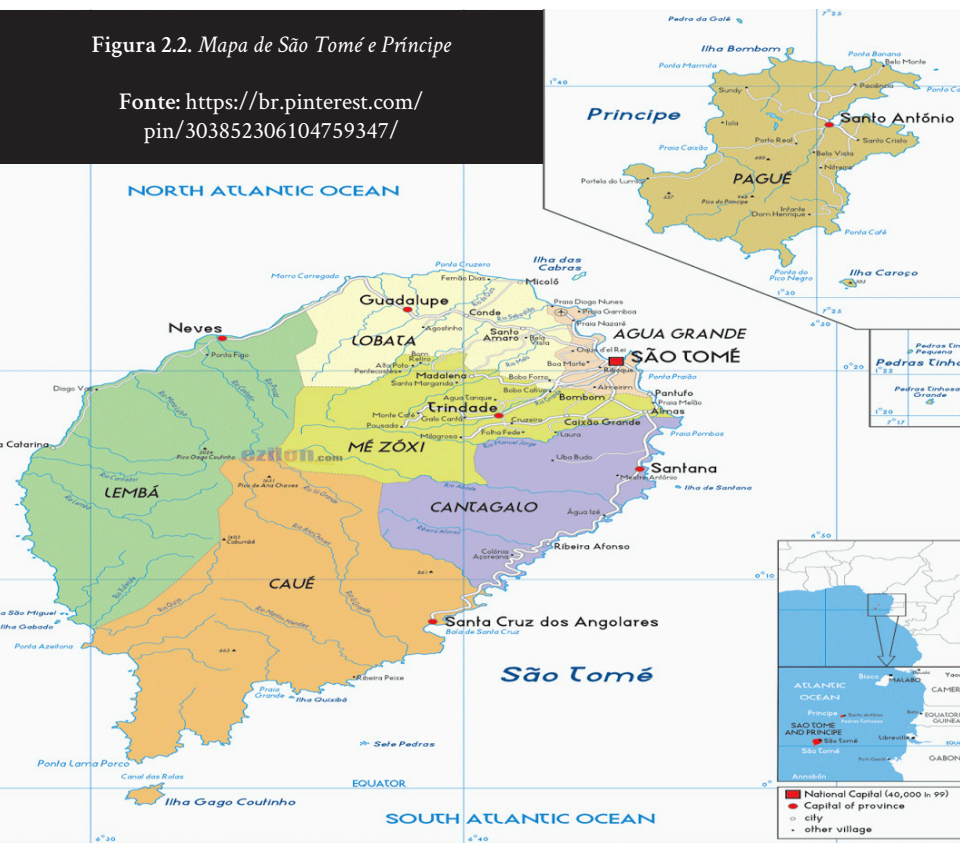
São Tomé e Príncipe apresenta um clima tropical húmido, com a temperatura média anual de 26° C e a humidade relativa atinge 75%. O país tem apenas duas estações ao longo do ano, a estação de «gravana», que é entre os meses de junho a setembro, e a estação chuvosa, que vai desde setembro até junho (dura nove meses).

O arquipélago encontra-se dividido em sete províncias, como se pode verificar na Figura 2.2, cada uma com a sua própria administração e divididas em vilas e cidades.

Em São Tomé temos os distritos de Água Grande, Cantagalo, Caué, Lemba, Lobata, Mé-Zochi e no Príncipe o distrito do Pague (Trindade, 2017).

Figura 2.2. Mapa de São Tomé e Príncipe

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/303852306104759347/>



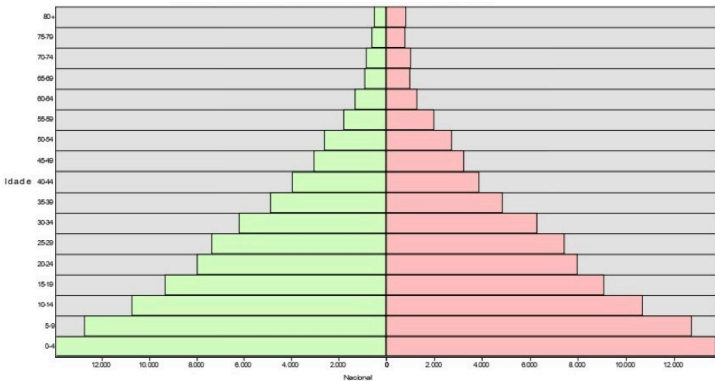


A língua oficial é o português, embora existam também outros dialetos falados na região, tais como, forro, lunguye, angolar e crioulo de Cabo Verde.

São Tomé e Príncipe é um país em vias de desenvolvimento que, desde o início da sua descoberta, foi fortemente povoado por portugueses e mais tarde por outros povos, vindos da Costa do Golfo da Guiné, do Congo, de Cabo Verde, de Angola e de Moçambique.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe (INE - ST) e segundo os Censos de 2012, os santomenses rondavam os 178 739 habitantes. Segundo o Gráfico 2.1, a estrutura da população são tomense é caracterizada pela predominância da população jovem, e escassa a população idosa. A população residente com menos de 20 anos corresponde a 52,1% da população total e 3,7% têm mais de 65 anos de idade. Consta-se ainda que a proporção da população com menos de vinte anos é ligeiramente mais elevada entre os homens (52,6%) do que entre as mulheres (51,5%).

Gráfico 2.1. *Composição da população por sexo e idades, 2012*
Fonte: (INE-ST, 2012)



Constata-se que o distrito com maior número de habitantes é o de Água -Grande (39%), no qual está localizada a capital. A seguir Mé-Zóchi (25%) e depois, com menor percentagem, o distrito de Lobata (11%), Cantagalo (10%), Lembá (8%), R.A. Príncipe (4%) e por último, com apenas (3%), o distrito de Caué. Estes dados demonstram que existe uma concentração da população nas zonas urbanas e um grande abandono nas zonas mais rurais.

Segundo o United Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações, na publicação o Relógio da População de São Tomé e Príncipe (2020), os dados demográficos, no dia 13 de dezembro, revelaram uma população total de 213 830 indivíduos, com uma ligeira incidência para a população feminina (50,5%). Verifica-se que até à data já nasceram 6955 crianças, houve 1418 mortes e uma taxa de crescimento da população de 4299, tal como nos ilustra o Gráfico 2.2.

Gráfico 2.2. Relógio da população de São Tomé e Príncipe

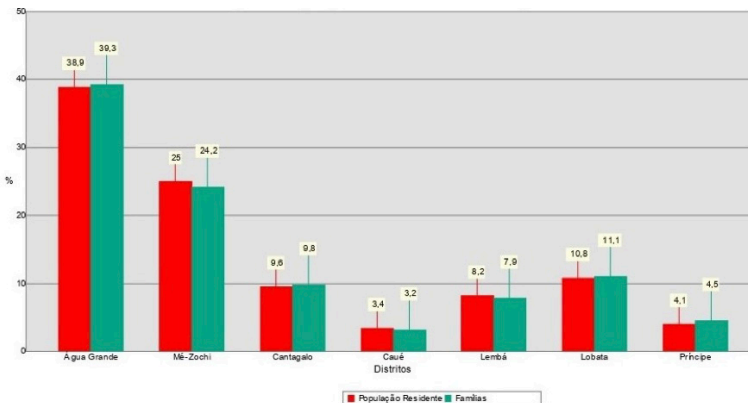
Fonte: United Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações (2020)

213 830	População atual
105 916	População masculina atual (49.5%)
107 914	População feminina atual (50.5%)
6 955	Nascidos neste ano
1 418	Mortes este ano
-1 237	Migração líquida este ano
4 299	Crescimento da população este ano



Segundo os dados do INE-ST (2012) e atendendo às proporções das famílias, as mais densas localizam-se nos distritos de Água Grande e Mé- Zóchi e os valores mais baixos encontram-se na região Autónoma do Príncipe e no distrito de Caué. Grande parte das famílias, a nível nacional, são constituídas por cinco ou menos pessoas. A nível distrital, as famílias unipessoais representam uma percentagem significativa na maior parte dos distritos. As famílias mais numerosas de 6 ou mais elementos são mais frequentes nos distritos de Lembá e Caué e menos frequentes na Região Autónoma do Príncipe e em Água Grande. As famílias no meio rural têm tamanho médio ligeiramente inferior que às do meio urbano. Entre 2001 e 2012, a dimensão média das famílias em São Tomé e Príncipe diminuiu. Verificou-se também uma ligeira tendência de redução ou manutenção da dimensão das estruturas familiares a nível de todos os distritos com exceção do distrito de Lembá onde o tamanho médio aumentou, tal como se pode constatar no Gráfico 2.3.

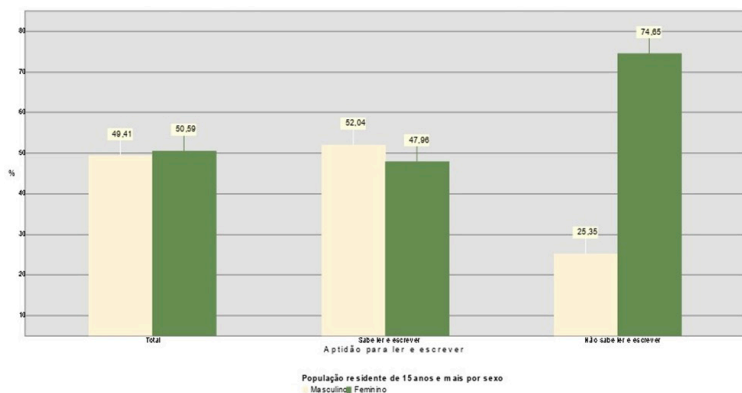
Gráfico 2.3. *Distribuição da população residente e das famílias por distrito*
Fonte: (INE-ST, 2012)



Em termos sociais e de educação, São Tomé e Príncipe é um país com muitas dificuldades, sendo os índices de pobreza elevados e nem todas as pessoas têm acesso à escola, à alfabetização e à saúde.

De acordo com os dados publicados pelo INE-ST, nos censos de 2012, a população de 15 anos e mais, que sabe ler e escrever, corresponde a um total de 93.860 indivíduos, sendo que mais de metade dessa população é do sexo masculino (52%). Ao contrário, as mulheres representam a maioria da população que não sabe ler nem escrever (cerca de 75%). A taxa de alfabetização é de 90,2%, sendo 94,9% homens e 85,5% mulheres, como observável no Gráfico 2.4.

Gráfico 2.4. *Repartição da população residente de 15 anos e mais, por sexo, segundo a aptidão para ler e escrever*
Fonte: (INE-ST, 2012)

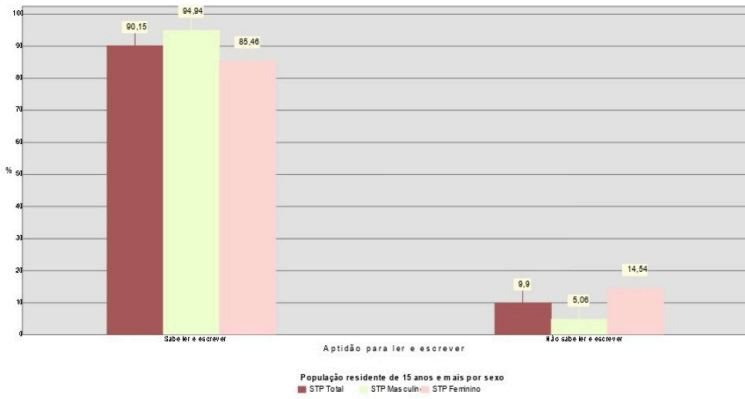


Apesar das altas taxas de alfabetização conseguidas a nível nacional, ainda se verificam diferenças significativas quando se compara o meio urbano com o meio rural. Com efeito, constata-se que a taxa de alfabetização no meio urbano é de 91,4%, valor superior ao nacional, sendo 95,9% nos homens e 87,1% nas mulheres. No meio rural esta taxa corresponde a 87,6%, sendo 93,1% nos homens e 81,7% nas mulheres. Relativamente aos grupos etários, verifica-se que as taxas diminuem à medida que aumentam as idades, tanto a nível nacional



como em ambos os meios de residência. Quanto ao sexo, as mulheres apresentam uma taxa de alfabetização inferior à dos homens em todos os grupos etários, com diferenças muito acentuadas a partir dos 50 anos, como nos mostra o Gráfico 2.5.

Gráfico 2.5. Taxa de alfabetização e analfabetismo por sexo
Fonte: (INE-ST, 2012)



Em São Tomé e Príncipe, à semelhança da realidade de outros países africanos, são poucos os docentes com formação adequada e parece verificar-se uma certa sobrevalorização da formação inicial, negligenciando a importância de uma formação continuada ou de modalidades de formação em serviço que valorizem a experiência de quem já trabalha no terreno. Mas só formação não basta. Com turmas numerosas com condições materiais deficitárias, com um horário escolar muito reduzido, não é possível haver qualidade. Tendo em conta o contexto, as orientações pedagógicas e os conteúdos curriculares têm que ser claramente transmitidos aos professores através de suportes pedagógicos claros e acessíveis. Quando não há livros, nem formação, a existência de manuais e guias pedagógicos que apoiem o trabalho de todos os níveis

de ensino torna-se indispensável. Uma educação de qualidade passa por uma resposta aos problemas sociais e de saúde que afetam as crianças e as famílias das várias zonas do país, o que obrigatoriamente tem que passar por um trabalho articulado entre várias entidades do Ministério da Educação, Serviços de Saúde, Serviços de Segurança Social, Autarquias, entre outras (Cardona, 2011, pp.10-11).

No que concerne à economia em STP e segundo o World Bank Group (2020), o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu entre 2010 e 2018, mas esse crescimento tem vindo a diminuir desde 2014. O crescimento económico foi ainda mais afetado em 2018 e 2019 pela escassez de combustível e de energia, pelos atrasos dos pagamentos do governo aos fornecedores locais e pelo afastamento do financiamento interno. Os choques negativos, que começaram em 2018, continuaram a afetar o desempenho da economia em 2019. Em 2020, com a pandemia da Covid-19, a economia ficou bastante afetada, dadas as perdas na indústria do turismo. Houve uma queda quase total de turistas estrangeiros desde março. A indústria do turismo, que tem sido um motor de crescimento do setor privado, nos últimos anos, sendo responsável por grande parte do emprego formal, caiu bastante, o que tem vindo a agravar a situação económica das famílias santomenses. “O perfil de pobreza com base no custo dos serviços básicos, 66,2% da população de São Tomé e Príncipe é pobre, ou seja, dois terços da população vivem com menos de 30 mil dobras (1,22 euros) por dia e por pessoa” (Caixa Geral de Depósitos, 2014, p.33).

No entanto, apesar de todas as fragilidades, São Tomé e Príncipe, por outro lado, é um país de belas paisagens, com uma gastronomia rica e uma cultura local muito peculiar, tal como podemos observar nas seguintes fotografias.



Figura 2.3. Pico "cão grande"



Figura 2.4. Artesanato local



Figura 2.5. *Fruta típica da ilha*



Figura 2.6. *Peixe, alimento típico*



Com uma história e cultura ricas, assinala anualmente acontecimentos históricos particularmente relevantes. Destes destaca-se o massacre de Batepá também designado por Guerra da Trindade, em 1953, e onde foi erguido um memorial de homenagem às suas vítimas. Este massacre surge na tentativa de forçar a população nativa de São Tomé e Príncipe a trabalhar como serviçais contratados nas roças.



Figura 2.7. *Memorial de homenagem às vítimas do massacre de Batepá*

Um acontecimento que mostra a natureza do colonialismo português. O dia 3 de fevereiro é feriado nacional em São Tomé e Príncipe e assinala o episódio que é tido como estando na origem do nacionalismo são-tomense. Desde modo, as vítimas da brutalidade colonial foram transformadas em heróis pela liberdade da pátria.

Em síntese, um país que vale a pena visitar e conhecer a sua história e todos os seus encantos.

2.2 - DA IDEIA AO PROJETO

**“O maior bem que fazemos aos outros
não é comunicar-lhes a nossa riqueza,
mas revelar-lhes a sua” (Loius Lavelle)**

O voluntariado é uma experiência de extrema importância, quer para o desenvolvimento pessoal como profissional. Dado o facto de ter essa consciência, e como voluntária em diversos projetos, sempre idealizei realizar um projeto de voluntariado internacional. Numa fase inicial, iria sozinha, mas após partilhar a ideia no seio do curso de Educação Social, onde atualmente sou diretora, vários alunos/as mostraram interesse em acompanhar-me e considerei que seria uma atividade formativa muito interessante. Muito rapidamente vimos o que seria necessário para organizar a missão com as treze pessoas. Muitas eram as certezas que tínhamos, queríamos fazer voluntariado de curta duração, mas com a intensidade que fosse possível, conhecer diferentes realidades e colaborar com a ajuda e competências profissionais, de forma a melhorar a realidade local.

A preparação da missão implicou diversas tarefas, realizadas em pouco tempo. Destaco as questões de organização protocolar, pois seria necessário que uma entidade em São Tomé e Príncipe nos recebesse, de forma a celebrar o protocolo com a Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve. Após alguns contactos com mediadores locais, chegamos à Santa Casa da Misericórdia que, desde o primeiro momento, nos aceitou e ajudou na organização de algumas questões, e colaborou na preparação do plano de atividades, que iríamos desenvolver nas várias valências da instituição. Foi um trabalho organizado atempadamente, de extrema importância,



dados o número de voluntários e os dias que iríamos ficar na ilha. A organização do plano de intervenção focou-se nas necessidades da instituição, designadamente questões de formação, no âmbito da deficiência e inclusão social e voluntariado, com técnicos e jovens locais. Por outro lado, foi-nos solicitado estratégias de intervenção para trabalhar com crianças e idosos, bem como capacitação dos técnicos e demais funcionários.

De forma a garantir o sucesso do projeto, e a concretização dos seus objetivos a que se propunha, houve a preocupação de estudar o contexto e por conseguinte tivemos formação com o Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ISU) – Núcleo de Faro, sobre o trabalho voluntário em São Tomé e Príncipe, desde as questões culturais ao modo de vida, bem como à intervenção em contextos complexos. Esta preparação revelou-se de extrema importância e permitiu que a missão fosse muito positiva.

Paralelamente às questões institucionais, foi necessário tratar do protocolo de saúde, alojamento, transportes e a logística com os diversos parceiros. Decidimos fazer uma mega divulgação da missão e angariar diversos bens que eram necessários, desde medicamentos, material escolar, roupa, etc, tudo articulado com a instituição que nos iria receber e, à posteriori, os iria distribuir de acordo com as necessidades identificadas. Fomos apoiados tanto por pessoas anónimas como por instituições, que nos doaram dinheiro e diversos bens materiais. Conseguimos o que nunca tínhamos imaginado ser possível, em tão pouco tempo, inclusive a nossa missão passou a ser de todos os que nos apoiaram. Dinamizamos jantares de angariação de fundos, tardes temáticas, eventos de recolha de donativos, venda de bolos e rifas, entre outras atividades, tudo contava para ajudar na minimização dos custos e na angariação dos bens para levarmos para São Tomé e Príncipe. O balanço final foi um sucesso, levamos connosco 19 malas de material para entregar na Santa Casa da Misericórdia.

A aprendizagem adquirida na preparação da missão foi enorme

para todos e muito exigente. Entre tomadas de decisões difíceis e rápidas, comprar bilhetes, fazer o passaporte, cumprir com o protocolo médico (vacinas e devida medicação), falar com os parceiros, preparar as malas com o material doado, várias foram as etapas por que passamos. O dia do embarque foi o ponto de partida para tão grande responsabilidade e onde cada um dos participantes sentiu o sabor da despedida na hora do embarque, tudo tinha de correr bem para nós e para quem de coração aberto nos iria receber no dia 24 de janeiro de 2020.

2.3 - OS PARTICIPANTES DA MISSÃO

A missão de voluntariado foi composta por 13 pessoas, na sua maioria estudantes do Curso de Educação Social, da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve. Quatro estudantes do 2º ano, seis do 3º ano, duas educadoras sociais e uma animadora sociocultural.

2.4 - PRÁTICAS COMUNITÁRIAS DIFERENCIADORAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2.4.1 - Contexto institucional

Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe

A missão de voluntariado, de nove dias em São Tomé e Príncipe, em janeiro de 2020, teve como entidade de acolhimento a Santa Casa da Misericórdia, o nosso contexto de intervenção.

A Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe surge no dia 3 de maio de 1504 por alvará Del Rei D. Manoel que



Figura 2.8. *Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe*

ordena a construção na Ilha de uma Igreja de três naves e três altares, seguida da construção de um Hospital no melhor terreno da povoação. A Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe foi restaurada a 31 de outubro de 1987 e, em finais dos anos noventa, as ações da Santa Casa conheceram um desenvolvimento digno, motivado pela entrega dos irmãos e irmãs, mas sobretudo através do apoio dado pela Cooperação Portuguesa.

O objetivo da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe é contribuir para o desenvolvimento de uma rede de

serviços básicos que respondam às necessidades da população local. Apresenta várias valências, designadamente o Lar Dona Simoa Godinho, Cozinha Social de Água Izé, o Centro de Dia do Príncipe, o Projeto Integrado de Lembá, o Centro de Dia Padre Silva, o Centro Social de Apoio à Infância, o Centro Social de Apoio à Infância, na Vila de Ribeira Afonso, o Jardim Paulo Rosário das Neves, na comunidade de Saudade, o Centro Comunitário da Trindade, o Jardim Baú dos Sonhos, o Projeto Mezochi e a ARCAR, Associação para Reinserção de Crianças Abandonadas e em Situação de Risco.

Dado o facto de ter uma panóplia de valências e sendo um grupo de voluntários composto por 13 pessoas, consideramos que seria o local ideal para realizarmos a nossa missão, pois permitia-nos conhecer diferentes realidades sociais e locais da ilha.

O grande objetivo do grupo de voluntários que abraçou o desafio foi viver, conhecer e partilhar realidades e conhecimentos. Todos tínhamos o sonho e a ousadia de querer tornar melhor o mundo das pessoas com quem iríamos interagir. Foi sempre nossa intenção seguir a regra dos 3Cs: Capacitar, Compreender e Caminhar. Capacitar com material, ferramentas e conhecimento que levávamos; compreender a realidade, escutar os aspetos positivos e negativos; e, por último, caminhar sempre junto, lado a lado, pois juntos construímos a mudança (Luísa, 2020).

A nossa intervenção desenvolveu-se em três áreas fundamentais, que passaremos a descrever nos pontos seguintes.



2.4.2- Áreas de Intervenção

Tal como já foi mencionado, o trabalho desenvolvido durante a missão teve uma preparação prévia e, como tal, já tínhamos um plano de intervenção delineado em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia, para todos os voluntários.

As principais áreas de intervenção passaram por desenvolver atividades de capacitação e intervenção com os idosos, com as crianças dos jardins de infância e ainda a formação com jovens sobre voluntariado e formação com professores e educadores de infância sobre deficiência e inclusão social, temas ainda pouco explorados.

Consideramos, tal como Cardona (2011), que o processo educativo não se esgota nas instituições educativas, os espaços de educação não formal, apoiados pelas comunidades, associações, organizações não governamentais são um complemento fundamental ao trabalho realizado com as famílias e crianças a nível escolar e social.

2.4.3- Apoio à terceira idade

Envelhecimento, tal como a infância ou a adolescência, é marcado por mudanças que estão dependentes de fatores biopsicossociais relacionadas com o passar dos anos. O estilo de vida, os fatores genéticos e o meio envolvente, determinam as diversas formas de envelhecimento (Ferreira, Maciel, Silva, Sá & Moreira, 2010). A idade biológica, a idade social e a idade psicológica, nem sempre correspondem à idade cronológica. Enquanto que a idade biológica se refere ao envelhecimento do organismo e a idade social ao papel que o indivíduo desempenha na sociedade, a idade psicológica é a capacidade mental que este apresenta para se interrelacionar com as mais variadas situações

do dia a dia (Fontaine, 2000). Ou seja, é um processo irreversível e que carece de diversas adaptações, medidas de prevenção e sensibilização por parte da sociedade em geral e em particular de todos os indivíduos nesta fase da vida (Luísa, 2017).

Dadas as diversas mudanças, o objetivo é permitir às pessoas reconhecerem o seu potencial físico, social e mental, de forma a terem um envelhecimento saudável e ativo.

Tendo presentes as normas estabelecidas pelo Plano de Ação Internacional sobre os seniores e as convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Mundial de Saúde e de outros organismos das Nações Unidas, estes sugerem, para que ocorra um envelhecimento ativo, que os agentes locais desenvolvam projetos onde estejam presentes a independência, a participação, a assistência, a realização pessoal e a dignidade dos seniores (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1991, p.2).



Figura 2.9. *Trabalhos de expressão plástica*



Para que o sénior viva com qualidade de vida, estes devem apresentar um baixo risco de doença, um bom funcionamento físico e mental, ter independência (capacidade de tomar decisões relacionadas com o dia a dia sem apoio de outras pessoas) e manter uma vida ativa e com segurança.



Embora o processo de envelhecimento seja mais evidente nos países desenvolvidos, no caso de São Tomé e Príncipe, o índice de pessoas idosas é muito baixo (2,83%), sendo a taxa de fertilidade, pelo contrário, muito elevada. No entanto, existem muitos problemas associados à velhice no país, como a pobreza, a falta de condições de saúde, a falta de reconhecimento social, o idadismo, entre outros.

É urgente, através de um pensamento crítico e consciente, sensibilizar e informar a sociedade para a temática, sendo essencial que os seniores passem a ser vistos como indivíduos impulsionadores, capazes de criar e de ter sucesso, e não como indivíduos enfraquecidos, debilitados e de certa forma esquecidos, marginalizados/excluídos pela sociedade.



Figura 2.10. *Atividades musicais*



Assim, a nossa intervenção passou por desenvolver diversas atividades com os seniores e os funcionários do Lar Dona Simoa Godinho e a Cozinha Social de Água Izé (Centro de Dia), de forma a conhecer a realidade e poder contribuir para o seu melhoramento. Foram desenvolvidas diversas atividades (atividades culturais, de pintura, alfabetização, de música, de animação em grupo, etc.) e de formação com os funcionários, no sentido de os ajudar a melhorar as suas potencialidades, tendo sido o nosso contributo uma mais valia. Fruto de uma observação participativa verificámos que, apesar de existir algum material para trabalhar nas várias valências da instituição, os profissionais não os sabem utilizar de forma criativa ou autónoma, o que faz com que as estratégias aplicadas não tenham grande eficiência na sua realização, sendo fundamental a capacitação e o acompanhamento dos mesmos. É necessário adotar políticas de incentivo e de intervenção crítica, para que se realize um trabalho o mais organizado e proveitoso possível. O nosso trabalho foi desenvolvido com um grupo de 120 seniores aproximadamente e de 6 técnicos de apoio ao trabalho direto com os mesmos.

2.4.4. Formação aos técnicos e jovens

Durante a preparação do plano de atividades, as principais necessidades no âmbito da formação levaram a identificar duas áreas como as mais urgentes, a formação em voluntariado juvenil e a formação no apoio à inclusão social das pessoas com deficiência.

A formação juvenil tinha como principal objetivo capacitar os jovens para a emancipação e para a organização de atividades voluntárias defensoras de diferentes temáticas, num país pouco desenvolvido e com grandes necessidades na área da formação e educação ao longo da vida, onde a democracia é imperativa.

A educação para a cidadania constitui uma garantia da democracia e só pode realizar-se em contextos experienciais democráticos. Diz respeito a todas as instituições de socialização, de formação e de expressão da vida pública, mas naturalmente, cabe aos sistemas educativos desenvolverem, nas crianças e nos jovens, os saberes e práticas de uma cidadania ativa (Paixão, 2000, p.1).



Figura 2.11. *Formação de voluntariado*

Da formação em voluntariado participaram 8 voluntários das comunidades locais, convidados pela instituição, que através de atividades práticas foram introduzidos no movimento voluntário, seus princípios, objetivos e missão. Mais do que aprender conteúdos teóricos, a lógica era partilhar necessidades e estratégias de superação em conjunto.

Já na formação aos professores, educadores de infância e funcionários que trabalham em escolas, projetos sociais e jardins de infância, o objetivo era sensibilizar os mesmos para a importância da diferença e como intervir para uma formação



inclusiva nos seus locais de trabalho. Por defendermos que

O papel da escola na promoção de uma sociedade democrática supõe o reconhecimento da garantia de uma maior igualdade de oportunidades e participação para todos e todas. Não basta generalizar o acesso à educação e à formação, é necessário garantir a qualidade do seu funcionamento e a articulação de todos os serviços que direta ou indiretamente, de forma formal ou informal, interferem na vida das crianças e famílias desde a educação pré-escolar (Cardona, 2011, p.12).

A temática da deficiência ainda se encontra pouco explorada no país, pois embora teoricamente exista essa preocupação por parte dos governantes, a verdade é que não existe uma legislação sobre este domínio. Os técnicos partilharam ser muito difícil trabalhar com crianças e jovens com deficiência, pois não se sentem preparados para tal, falta-lhes ferramentas de intervenção. Por outro lado, culturalmente a deficiência também não é bem aceite, havendo um paradigma de exclusão bastante vincado, o que é revelador da falta de um trabalho de sensibilização para desconstruir mitos e estereótipos sobre esta realidade.

Segundo Fontes (2009 citado por Évora, 2019, p.19), a exclusão social e a opressão das pessoas é sustentada não apenas pelo baixo nível de apoio pecuniário e dos serviços fornecidos, mas principalmente pela filosofia da base estruturante destas políticas. As políticas sociais desenvolvidas na área da deficiência baseiam-se muito nas necessidades e não nos direitos, ou seja, centram-se mais na prestação de cuidados e menos em direitos de cidadania. O conceito de cidadania representa uma atitude, um comportamento e um modo de estar na sociedade que tem como referência os direitos humanos, principalmente, os direitos da igualdade, da democracia e da justiça social. Em contexto educativo, a educação para a cidadania pretende contribuir para

a formação de pessoas conscientes, autónomas e solidárias, que compreendem e executam os seus direitos e deveres em diálogo com os outros, tendo um espírito democrático, criativo, crítico e pluralista.

Para Maciel (2000), a deficiência era considerada uma doença crónica, um peso ou até um problema. A deficiência tornava indivíduos incapazes, vulneráveis, sem qualquer tipo de direitos e sempre à mercê dos seus direitos.

Para contrariar este paradigma, é essencial alterar a visão da sociedade, através de um processo de sensibilização permanente. Para que exista uma educação inclusiva, Stubbs (2008) afirma que todas as nossas diferenças devem ser respeitadas, ou seja, todas as formas de diferenciação individual (idade, género, etnia, linguagem, situação de saúde, situação económica, religião, deficiência, estilo de vida, etc.) e devem promover o desenvolvimento para a inclusão, na medida em que o objetivo é criar uma sociedade tolerante, onde se usem recursos sustentáveis e haja justiça social. Em contexto escolar, trata-se essencialmente de alterar o sistema educativo com o objetivo de se adaptar ao aluno, isto é, atender às suas necessidades, e promover o desenvolvimento e aprendizagem do mesmo. O princípio fundamental da escola inclusiva, segundo a Declaração de Salamanca (1994) passa por todos os alunos aprenderem juntos, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem.

No contexto atual das Necessidades Educativas Específicas (N.E.E.), devem incluir-se crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. Sendo assim, a expressão N.E.E. refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm N.E.E. em algum momento da sua



vida escolar (Unesco; 1994, pp.16-17). No entanto, para além de atender aos princípios da educação inclusiva, é necessário apelar ao desenvolvimento da inclusão social, de forma a que o indivíduo possa estar integrado na sociedade e fazer parte do seu corpo social (Dias, 2011). Para Louro (2001), o conceito de inclusão social consiste em proporcionar aos cidadãos qualidade de vida, nomeadamente, às pessoas com deficiência. A inclusão social para além de aprovar valores universais de direitos humanos, igualdade de oportunidades e direitos de cidadania, cria também sistemas de proteção social que permitem sustentar, proteger e incluir todos os cidadãos na sociedade (Dias, 2011).

Neste sentido, e no contexto de intervenção da missão, em pleno século XXI, torna-se urgente capacitar a família e os técnicos que trabalham com estas crianças para o facto de as mesmas terem direito a uma educação de qualidade, tal como as outras crianças, acesso a cuidados de saúde dignos e a serem aceites pela sociedade.

Há um enorme trabalho de sensibilização e prevenção a fazer com toda a sociedade, no sentido de chegarmos a uma realidade de aceitação da diferença como algo positivo e enriquecedor e



Figura 2.12. Formação aos técnicos

não como algo mau e alvo de exclusão social e discriminação.

A realidade social ainda carece de muito investimento, no sentido de se emancipar e adquirir ferramentas teórico-práticas e reduzir situações de abandono, isolamento e mau trato a quem é diferente, ou seja, há uma total alienação dos cuidados e da inclusão das crianças e jovens com deficiência na sociedade.

Em síntese,

A inclusão, mais do que um juízo de valor, é uma forma de melhorar a qualidade de vida, onde a educação pode desempenhar um papel primordial ao oferecer as mesmas oportunidades e idêntica qualidade de meios a todo aquele que chega de novo (Warwick, 2001, p.35).

2.4.5- Apoio à infância

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE-ST, 2012), nos Censos de 2012, os santomenses rondavam os 178 739 habitantes. A maioria da população (41,7%) encontra-se entre os 0-14 anos, o que demonstra que a população é jovem. Este facto indica-nos um elevado número de crianças e a importância de investir numa educação de qualidade.

Ao longo da primeira infância, as crianças vão atravessando diferentes etapas no seu processo de desenvolvimento, as quais lhes colocam desafios diferenciados. Durante esta fase definem a sua identidade. A sua construção vai resultar da interação com o meio que a rodeia e das suas perceções relativamente ao seu corpo. Os cuidadores, sejam os pais ou outros adultos de referência da criança, como os educadores, possuem um papel fundamental neste processo. É nesta dinâmica relacional, e a partir da capacidade responsiva das figuras significativas, que a criança vai adquirindo um primeiro conceito de si mesma.

Tominey e Rivers (2012) defendem que a relação, em



Figura 2.13. Atividades plásticas



Figura 2.14. Brincadeiras

casa, entre a criança e os seus cuidadores, influencia social e emocionalmente o seu desenvolvimento. Os autores destacam ainda a diferença entre as crianças provenientes de estratos sociais diferenciados. As crianças provenientes de um estrato social mais baixo têm geralmente mais dificuldade em desenvolver-se social e emocionalmente comparativamente às crianças de um estrato social superior, uma vez que os pais passam menos tempo de qualidade com os filhos e são menos compreensivos, acabando por adotar um estilo de disciplina baseado na punição e não na compensação.

Mas, convém não esquecer que o papel da educação não é somente da competência dos pais, pois as escolas e, neste caso concreto, as creches e os jardins de infância assumem um papel

de extrema importância para a aprendizagem e promoção de competências holísticas nas crianças. Quando a criança chega à escola já traz consigo um conjunto de aprendizagens adquiridas na interação com o meio e com os seus cuidadores e amigos.

Bilbao (2017) afirma ainda que

a criança que cresce com confiança consegue ser um adulto que se sente bem consigo próprio e com os outros, que está seguro das decisões que toma, que pode rir às gargalhadas e que sente força interior porque sabe que pode atingir qualquer meta que propuser a si próprio (p.115).

Na infância, é através do brincar e das diversas interações que as crianças reconhecem o mundo que as rodeia, criando laços seguros. A criança “é considerada como capaz de construir a sua aprendizagem e de contribuir para a aprendizagem das restantes” (Silva, Marques, Mata & Rosa, 2016, p.35). Através do brincar e da interação, a criança é capaz de se desenvolver e adquirir novas vivências.

Em contexto de jardim de infância, o educador assume o papel do adulto de referência, que valoriza, respeita e estimula a criança de maneira a encorajá-la nos seus progressos, potencializando as relações dentro do grupo, de forma a que todas as crianças



Figura 2.15. *Brincadeiras ao ar livre*



Figura 2.16. *Atividades de grupo*

se sintam aceites e que as suas diferenças enriqueçam o grupo (Silva, et al., 2016). Será importante referir que o educador deve conhecer o grupo e cada criança individualmente, para que estimule a sua aprendizagem, focando-se nas suas capacidades e limitações.

Muitas das aprendizagens que a criança adquire ao entrar na creche ou no jardim de infância, no contacto com os adultos e outras crianças, serão orientadoras para o seu desenvolvimento futuro. A amizade é uma das aprendizagens básicas, pois segundo Selman (1980, citado por Papalia, Olds & Feldman, 2006), entre os três e sete anos de idade, a maioria das crianças definem as suas amizades, de acordo com a proximidade física e valorizam atributos materiais e físicos, como o morar perto de um amigo ou por o amigo ter um brinquedo em comum com a criança. De acordo com Rubin (1982), a criança através das relações com outras crianças pode obter contribuições únicas para a aprendizagem de muitas outras aptidões sociais, seja na

afetividade ou na resolução de conflitos. Em idade pré-escolar, a maioria das crianças refletem a sua amizade para com as outras crianças através do brincar ou da partilha de brinquedos, sendo que algumas já relatam fortes emoções e sentimentos (Maria, 2020).

Rubin (1982) defende a importância da amizade na infância e menciona que “os amigos preenchem funções essenciais para as crianças que os pais não preenchem, e desempenham um papel crítico na formação de aptidões sociais das crianças e no seu sentido de identidade” (p. 27).

O/a educador/a tem um papel de extrema importância na promoção e formação de relações de amizade no grupo, este tem também uma função primordial na resolução de conflitos entre as crianças. Na idade pré-escolar, a partir dos 3 anos, é muito frequente a existência de amigos imaginários, que devem ser respeitados, pois “o amigo imaginário é um escape normal e saudável para o stresse. E quando tem o seu lugar próprio, não interfere com os amigos reais” (Cordeiro, 2020, p. 199). A fantasia e a imaginação fazem parte do desenvolvimento saudável da criança.

Em síntese, cabe ao educador o “papel de moderador, de inquiridor, de guia, ajudando as crianças a ultrapassarem impasses” (Pires, 2007, p. 121). O educador deve, igualmente, fortalecer aptidões que ajudem a criança a gerar e administrar conflitos cognitivos. É importante, também, estimular a comunicação das crianças, procurar fortalecer o raciocínio, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças, fundando uma junção lógica entre o pensar, falar e agir (Marques, 1995, p. 32).

Na educação de infância, cuidar e educar estão intimamente relacionados, pois ser responsável por um grupo de crianças exige “[...] prestar atenção ao seu bem-estar emocional e físico. [...] Este cuidar ético envolve assim uma criação de um ambiente securizante em que cada criança se sente bem e em que sabe que é escutada e valorizada” (Silva, et al., 2016, p. 24).



Figura 2.17 *Sessão de boas vindas*

No entanto,

a participação das crianças no processo educativo através de oportunidades de decisão comum, de regras coletivas indispensáveis à vida social e à distribuição de tarefas necessárias à organização do grupo, constituem experiências de vida democrática que permitem tomar consciência dos seus direitos e deveres” (Silva, et al., 2016, p. 25).

A organização da sala de atividades deverá ser vivida de forma democrática, onde todos os seus intervenientes tenham o direito a manifestar os seus interesses, como os jogos que mais gostam, as brincadeiras mais divertidas, as músicas mais giras, etc. Construir um espaço seguro, de afetos, onde todos conhecem os limites e saibam como se movimentar e atuar, cria um ambiente fértil, pelo qual as crianças se tornarão adultos emocionalmente preparados para a vida. O ambiente educativo deverá ser, por isso, reconhecido como “um contexto democrático em que as crianças participam na vida do grupo e no desenvolvimento do processo de aprendizagem” (Silva, et al., 2016, p. 33).

Assim, no âmbito do trabalho que os voluntários desenvolveram, em contexto de jardim de infância, foram tidas em conta todas as questões abordadas anteriormente. Houve a preocupação de escutar as crianças e de lhes proporcionar momentos de aprendizagem, partilha, cooperação e amizade diferenciadas. Foram igualmente considerados o saber e o conhecimento do grupo de crianças, na interação realizada com os técnicos e os educadores de infância. As atividades desenvolvidas foram diversas, realizamos atividades desportivas, jogos de raciocínio, apoio escolar e atividades de valorização pessoal e grupal. O objetivo principal era proporcionar-lhes novas aprendizagens, através de materiais diferentes e vê-los felizes, onde o sorriso fosse a melhor avaliação do nosso trabalho.



Figura 2.18 *Trabalhos de expressão plástica*

2.5 TESTEMUNHOS

2.5.1- Testemunhos dos voluntários

De forma a dar visibilidade ao trabalho realizado, dedicamos um ponto aos testemunhos dos voluntários, que fazem uma avaliação final de todo o projeto. Interessa perceber o impacto da missão no desenvolvimento pessoal e profissional de todos, através das suas reflexões e aprendizagens.

Importa referir que a responsabilidade dos testemunhos é dos próprios voluntários, não tendo o seu teor sido alterado pela autora.



“E eis que regresso de coração sorridente e de alma cheia de gratidão.

Não, não fui salvar o mundo. Fui simplesmente, na humildade do meu ser e com muito respeito, dizer-lhe olhos nos olhos, que o queria conhecer melhor, dizer-lhe que me importo e que aqui estou e estarei, para fazer parte do seu caminho, do seu crescer, do seu desenvolvimento.

Perante a simpatia, a gentileza, a confiança, os sorrisos, mas também as partilhas, a motivação, o querer, os desafios constantes, as oportunidades diversas, a curiosidade e tanto, mas tanto mais, rapidamente fiquei rendida e dentro de mim algo acendeu.

Foi num abraço sentido e profundo que, quem me acolheu, me pediu isso mesmo e, com toda a força do meu ser, aceitei que assim fosse: um início.

Mais do que se explicar, o voluntariado deve-se viver e em cada experiência surgem novas oportunidades para sermos a mudança que queremos ver no mundo.



Almas que se conectam, corações que vibram, emoções que ensinam, sorrisos que acalmam. Na procura da minha melhor versão e em humildade, serei sempre uma eterna aprendiz. Sempre!

Muito obrigada a todos os que me acompanharam e possibilitaram viver mais este lindo retalho da minha vida que, apesar dos muitos km de distância, hoje sei que é possível fazê-lo continuar a crescer. Memórias felizes e saudades até um dia voltar.”

Ircília Gonçalves (Lia)



“Eu faço um balanço positivo desta grande missão e com muito sucesso. Foram sete dias bastante intensos e eu estou bastante grata de poder ter tido a oportunidade de realizar este meu sonho com vocês e de ter passado o meu dia de anos com vocês e em São Tomé (...) Embarquei nesta aventura com unhas e dentes, cresci muito enquanto pessoa, dei de mim a eles e eles deram-me muito a mim e por isso o coração está bastante cheio e agradeço a todos vocês que lutamos desde o início e conseguimos ir juntos nesta aventura inesquecível para todos nós. Um obrigado gigante de coração”

Joana Valentim



“Posso dizer que aprendi muito nesta viagem e que adorei e tenho o sonho de lá voltar. Senti que naquele país o mínimo gesto era um grande gesto. Vi que existia muita carência de educadores sociais e de apoios na educação. Como futura educadora social, acho que ter participado nesta experiência foi fundamental para o meu processo de aprendizagem e tenho que agradecer à professora Cláudia Luísa pela oportunidade única (...) Acho que eu e a minha colega Inês respondemos muito bem ao que nos foi pedido e fizemos um bom trabalho em termos de respostas para as crianças e graças a nós a Saudade tem uma aula de educação física coletiva e já sabem como utilizar o mesmo material para várias atividades”.

Marina Arez



“Relativamente ao projeto de voluntariado Internacional desenvolvido em São Tomé e Príncipe, posso referir que foi uma enorme experiência, tanto a nível pessoal, como também profissional. Contudo, destaco ainda que este projeto não teve apenas uma duração de nove dias, mas sim longos meses de trabalho, de dedicação, e também de muito esforço (...) Neste contexto, o trabalho que desenvolvi ao longo da semana foi essencialmente com os educadores ou professores da escola, onde tratámos de alguns temas que levei na agenda de trabalho, como as questões relacionadas com a reciclagem, a capacitação e aproximação dos pais às escolas e também ao trabalho desenvolvido pelos filhos. Trabalhámos também estratégias para realizar novas dinâmicas,



onde sugeri a realização de novas ideias que integrassem as crianças, como por exemplo a realização de peças de teatro, a criação do dia da escola, com a apresentação dos trabalhos realizados ao longo do ano, efetuarem cópias e ditados com as crianças, realizarem reuniões semestrais ou até mesmo mensais com os pais, realizarem atividades em casa com os familiares, entre muitas sugestões apresentadas durante esta semana de trabalho. Deste modo, e tal como já tinha referido anteriormente, sinto que este projeto foi extremamente importante, pois vivenciei uma realidade completamente diferente, e onde o Educador Social tem um papel fundamental. Analisei outro contexto, outras formas de trabalho, que maioritariamente não são as ideais, detetei ainda enormes problemas de saúde, de higiene, de poluição e de abandono de animais. Uma das carências que mais me sensibilizou foi a falta de medicamentos, ou seja, a falta de pequenos fármacos que podem resolver pequenos problemas de saúde, e que quando não existem formam situações mais graves... Neste momento posso afirmar que o povo de São Tomé e Príncipe, apesar das várias dificuldades existentes, é um povo feliz, alegre, quente, muito acolhedor e muito marcado pela sua história colonial. É um conjunto de gentes que vivem o seu dia a dia de forma humilde, sem receios, sem grandes ambições. É um povo que vive a vida leve leve”

Tiago Peleija



“A nível pessoal, decidi embarcar nesta experiência desde o primeiro dia em que o projeto me foi apresentado, isto porque sempre tive o sonho de viajar para um lugar onde pudesse ajudar e dar um pouco de mim, ou seja, intervir num contexto completamente diferente, com uma cultura diferente, com um clima diferente (...) Tivemos uma excelente semana de trabalho, de aprendizagem e de envolvimento com a realidade existente. Neste curto espaço de tempo, em que lá pareceu um mês, foi visível o trabalho imenso que ainda é necessário para elevar aquelas pessoas. É preciso trabalhar para a inclusão das pessoas com deficiência, é necessário trabalhar para o desenvolvimento das pessoas, ou seja, é importante capacitar os São “Tomenses”, é importante trabalhar desde crianças, trabalhar bem com quem está na fase da infância. No entanto, é também possível capacitar os mais velhos. Considerada a ilha do Leve-Leve, é preciso fazer a mudança para avançar mais rápido, uma vez que ainda é visível uma alta taxa de analfabetismo, a incapacidade que muitos têm de implementar e/ou aplicar as ideias, a falta de autonomia, nomeadamente os mais jovens. É importante referir o distanciamento que têm para com os idosos, isto porque residentes têm a ideia de que os mais velhos fazem bruxaria, isto é preciso desmitificar. Tal como também a ideia que têm sobre a deficiência. Percebemos, então, que ainda estão perante um paradigma assistencialista, sendo necessário capacitar, de forma a que os próprios indivíduos façam a sua capacitação e avaliação. Neste seguimento, a chave é a educação. Por meio da educação, a longo prazo, é possível transformar e melhorar, visto que é um local onde existe entrega, adaptação e paixão por parte das pessoas (...) Finalizando, esta viagem proporcionou novas experiências e conhecimentos fora do contexto escolar, tanto a nível pessoal como profissional. Permitiu outras aprendizagens,



muitas partilhas, sempre com dedicação e empenho, tanto da minha parte como dos São “Tomenses”. Conseguimos, nestes 7 dias de trabalho, deixar a sementinha para, ao longo do tempo, ir crescendo, aos poucos, porque ainda é preciso muito e muito trabalho. Com esta viagem foi visível que é possível com pouco”

Marília Monteiro



“Em suma, devido ao que observei e em conversa com algumas das educadoras, foi perceptível a dificuldade destas dinamizarem atividades diferentes, pois costumam realizar sempre o mesmo tipo de atividades. Apresentam também algumas dificuldades ao nível intelectual, e o facto de não saberem que se podem fazer imensas coisas diferentes com os mesmos materiais, ou seja, há muitos materiais que têm disponíveis mas não os sabem usar, como foi o caso dos arcos, que tinham disponíveis mas só os usavam para as crianças brincarem no recreio. No entanto, percebemos também que são pessoas que se esforçam para dinamizar atividades, e não são de trabalhar no comodismo (...) Relativamente à missão em geral, foi uma grande aprendizagem e lição de vida, a nível pessoal e profissional, em vários aspetos. As reuniões de grupo feitas todos os dias antes de irmos dormir fizeram-me muito bem, todas as partilhas de ideias, de pensamentos, de opiniões e sentimentos, pois era muita coisa que tínhamos de digerir em tão pouco tempo. Sei que se tivesse de o fazer sozinha, iria ser muito mais complicada toda a gestão de acontecimentos, pensamentos e emoções. As reuniões de grupo foram igualmente importantes para perceber algumas coisas que, não tinha percebido logo, como ter perguntado a uma educadora que tipo de deficiência a criança tinha e ela me ter dito que ninguém sabia e, acabar por perceber,

através do testemunho do trabalho da professora Cláudia, que deu formação sobre a deficiência a professores e educadores, que ninguém sabe sequer o que é a deficiência. Portanto, deu para perceber que a pobreza que este povo sofre é mais ao nível intelectual do que qualquer outra coisa. Considero também que os passeios que fizemos foram muito importantes, pois foi muito enriquecedor podermos ter tido a oportunidade de conhecer a cultura deste povo e, para além do trabalho de voluntariado, termos tido a oportunidade de ter contacto direto com as pessoas, em contexto de rua”

Marta Silveira



“Ao longo destes meses contámos com a execução de várias ações no intuito de angariar fundos (material escolar, roupa e/ou outros géneros) que, de alguma forma, nos ajudaram no cumprimento deste desafio. Neste sentido, as ações feitas contribuíram imenso para o desenvolvimento desta missão, no entanto, apesar das dificuldades sentidas o grupo conseguiu superá-las e alcançar o objetivo pretendido. Esta missão surgiu como uma oportunidade que nos permitiu, enquanto futuros educadores sociais ganhar consciência do trabalho e da intervenção que é necessária ser feita nestes contextos mais desfavorecidos, pois é visível a pobreza real no meio envolvente.

O educador social é um agente de mudança capaz de adquirir ferramentas necessárias no combate à exclusão social, como também, através destas experiências, ganhar capacidade técnica para trabalhar pedagogicamente a temática e obter consciência pessoal. Neste sentido, o nosso contributo em cada valência foi essencial para perceber quais as maiores fragilidades e quais



possíveis soluções para superar as mesmas. Deste modo, e na minha perspetiva, é urgente construir formas de combater estas desigualdades sociais e trabalhar no sentido de desenvolver o empoderamento individual dos mesmos. É de salientar que a educação é o caminho para a transformação social, sendo que o educador social tem uma grande responsabilidade no que toca ao processo de mudança, e como futuros educadores sociais e promotores da mudança foi essencial intervir nesta realidade, a fim de ganhar mais ferramentas e “bagagem” para o nosso percurso profissional, pois permitiu-nos ter outro olhar sobre as coisas e arranjar um conjunto de estratégias de intervenção consoante os recursos disponíveis que, maioritariamente, eram escassos nesta realidade. Foi uma experiência enriquecedora e possibilitou-me conhecer uma realidade distinta da minha, como também evoluir enquanto pessoa e profissional”

Inês Palminha



“A missão contou com o apoio direto de 13 voluntários, bem como de organizações, individualidades, da Universidade do Algarve, entre outros. A missão a São Tomé realizou-se também devido a diversas atividades que contribuíram para a recolha de bens materiais, fundos e apoios diversos. O grupo esteve presente em várias feiras, venderam bolos na ESEC, promoveram jantares e almoços solidários, organizaram uma tarde de fados, entre outros. No dia 23 de janeiro o grupo de voluntários dirigiu-se ao Aeroporto de Faro pelas 4h00, com duas horas de antecedência para o voo, com o intuito de realizar o check-in. A equipa revelou

um misto de emoções à chegada. Era possível compreender a gestão que cada um dos 13 elementos estava a fazer do que sentia (...) No dia seguinte, o grupo deixou toda a bagagem na sede da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e reunimos com a Dr.^a Aida e a socióloga Miriam com o intuito de partilhar a nossa experiência, as fragilidades das respostas sociais e a nossa perceção face ao trabalho dos técnicos. A reunião foi produtiva, foram debatidos vários pontos que se tocaram nas diferentes respostas sociais, e conseguimos passar a informação pertinente para a adoção de novos modelos de intervenção (...) Eu propus-me à Cozinha Social de Água Izé. No primeiro contacto com os idosos fiz uma dinâmica quebra-gelo, com o objetivo de conhecer o grupo. Para esta dinâmica utilizei um balão por cada dois idosos, pedi que um elemento do grupo enchesse o balão. Depois solicitei aos grupos que se sentassem frente a frente. A dinâmica consistia na passagem do balão, entre os dois idosos, podiam utilizar as mãos, os pés e a cabeça. Posteriormente pedia para o balão ficar somente com um idoso e o objetivo era ele não o deixar cair. Enquanto equilibrava o balão era solicitado que se apresentasse (nome, idade e uma coisa que gostasse). A apresentação decorria de forma aleatória. O grupo mostrou-se participativo e bastante animado”

Rafaela Vera



“A nível pessoal posso dizer que muita coisa me marcou e me mudou, o olhar para o lado e conseguir não sentir pena, no mundo ninguém pode, nem deve ser visto como “coitadinho” e o ter pena de alguém agora dá-me repugnância, já não tenho pena, tenho vontade de ajudar e o primeiro passo é dar vontade, dar vontade a quem precisa de ajuda de se querer ajudar a si mesmo, só assim será possível a mudança. Não vamos estar uma vida a encaminhar e orientar alguém, assim sendo deve-se dar as ferramentas, ou seja, empoderar a pessoa para que construa o seu castelo com as pedras que apanha no caminho, caminho este escolhido por quem o vai percorrer. Aprendi que ninguém é mais que ninguém para achar que a sua sabedoria é ouro para encher saco de outrem, todos nós somos sacos e todos nós temos ouro, quer isto dizer, todos aprendemos e ensinamos, basta estarmos dispostos a tal processo. Enchi o meu saco até não caber mais, e por sentir que aquele povo e aquele sítio tem tantos sacos a encher, quero lá voltar, sem margem para dúvidas... A si, que foi corpo, alma e coração da missão, que foi paz na guerra, que foi sol na chuva e que foi pés na terra quando a cabeça queria andar na lua, obrigada não chega, nem os 13 obrigadas chegavam. Fica o meu sincero agradecimento por ter proporcionado e trabalhado arduamente, horas a fio para que este barco chegasse a bom porto, mesmo quando o vento soprou para que não conseguíssemos andar para a frente, a professora encheu-se de ar e soprou ainda com mais força, como é bom ser um ser de força de vontade, sede de transformação e fome de solidariedade...Espero que se orgulhe e se lembre sempre deste trabalho de forma positiva. Não haveria pessoa melhor para comandar esta equipa e esta missão, soube, como sabe sempre gerir emoções e fragilidades. Saí deste país insegura, e receosa mas depois lembrava-me que tinha as pessoas certas por perto e na lista de pessoas certas conto o seu

nome várias vezes. É uma Profissional com P grande, e um ser humano com um Coração de ouro, coração com G de gigante, sim. As suas palavras e reflexões ao fim do dia davam-me ânimo para o dia seguinte, mesmo sem se aperceber foi um pilar para a maior parte de nós.”

Catarina Correia



“Em termos de aprendizagens posso garantir que esta foi sem dúvida uma das experiências mais enriquecedoras enquanto profissional, a riqueza da partilha em que me permiti conhecer e aprender – com as pessoas de lá e com os colegas da viagem, colocando em causa o meu profissionalismo e crescendo diariamente. Ter de agir rapidamente encontrando soluções inusitadas aos mais diversos desafios. Não mostrar as minhas vulnerabilidades (medos, receios) perante quem nos recebia, foi um dos maiores estímulos, pois a expectativa que depositaram em nós era elevada. O impacto das nossas dinâmicas foi brutal, tanto para nós como para quem nos recebeu, uma vez que tentamos diariamente proporcionar atividades novas, diferentes do que já é feito atualmente, com recurso a materiais novos ou simplesmente explorando os recursos habituais de uma outra forma. Para nós mostrou-se desafiante a preparação das dinâmicas na medida em que as adversidades encontradas diariamente se constituíam como verdadeiras aprendizagens e motivo de discussão na busca de soluções estratégicas e possíveis de realizar (exequíveis durante e após a nossa intervenção). Na animação com idosos foram



exploradas diversas dinâmicas nos domínios cognitivo, físico e da capacitação de idosos e técnicos.”

Ana André





EPÍLOGO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Este livro constitui a prova do alcance que pode ter uma ação de voluntariado.

O fundamental planeamento foi feito, assim como as posteriores e necessárias adaptações no terreno. Conciliaram-se o interesse dos voluntários com as necessidades em S. Tomé. Constituiu um desafio confiar, em terreno desconhecido, mas é preciso, e foi vencido.

Decorreu num periodo de tempo preciso mas podemos colher os seus frutos durante toda a vida, todos envolvidos dão, recebem e guardam.

Guardam-se ensinamentos, aprendizagens e afetos na memória e no coração, e dossiers tão carinhosamente preparados na estante, à mão de semear, porque os usamos regularmente.

Eis que chegamos ao fim, à data de fecho da Ação de voluntariado. Afectos inquietos continuam a querer arrepiar caminho para continuar a comunicar “dar e receber” alheios ao prazo limite estabelecido. E conseguem, continuam a ajudar. Agradecemos a todos os participantes, na pessoa da Dra. Claudia Luísa, pela ajuda para além de todos os prazos, em especial na assessoria permanente das acções para evitar a disseminação do Covid 19 nos nossos Lares e Centros de Dia. Voltem sempre!



Figura 2.19 *Educação Social em missão*



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro constitui a prova do alcance que pode ter uma ação de voluntariado.

Como dados conclusivos desta missão, podemos referir que o contributo que prestamos no apoio às valências da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe revelou-se de extrema importância para todos os envolvidos, pois permitiu um olhar crítico e formativo, acerca do trabalho desenvolvido. Se existia alguma reticência sobre a importância da educação por parte da sociedade e dos seus agentes educativos deixou de existir, a educação é a arma mais poderosa para mudar uma sociedade, transformar uma cultura. Um povo instruído e capacitado tem voz ativa e poder de transformação, capacidade para se defender e lutar pelos seus direitos e deveres, mudando estilos de vida e conceções erradas sobre a forma justa e digna de viver.



Figura 2.20 *Sessão de reflexão*

É de salientar que a educação é o caminho para a transformação social, sendo que o educador social tem uma grande responsabilidade no que toca ao processo de mudança.

Foi uma experiência muito enriquecedora e proporcionou novas experiências e conhecimentos fora do contexto escolar, tanto a nível pessoal como profissional. Permitiu novas aprendizagens, muitas partilhas, sempre com dedicação e empenho. Foi uma grande aprendizagem de vida, repleta de desafios para todos os voluntários, que tiveram a oportunidade de conhecer uma nova cultura e de perceber o quanto é importante a educação no processo de transformação social. Houve sempre a preocupação diária de fazer reuniões de balanço, de como o dia correu, dificuldades e emoções sentidas bem como as aprendizagens adquiridas. Essas reuniões também foram tidas com a equipa da Santa Casa da Misericórdia quer na nossa chegada como no final da missão, onde, em grande grupo, foi feito o balanço do trabalho desenvolvido. O facto de ser uma missão internacional exigiu cuidados adicionais, não só a nível profissional como também de adaptação ao meio, pois desde o clima, à alimentação e a cultura, tudo era diferente e não houve tempo para uma adaptação sustentável, tudo foi vivido de forma muito intensa e rápida. O cheiro, o paladar, o olhar tudo ficou mais ativado perante tantas novidades e vivências distintas, onde as relações entre as pessoas são calorosas. Embora se pense o contrário, o país tem recursos para uma alimentação para todos, o mar e a natureza oferecem essa dádiva. Há muita pobreza sim, mas a grande conclusão a que cheguei é que a principal

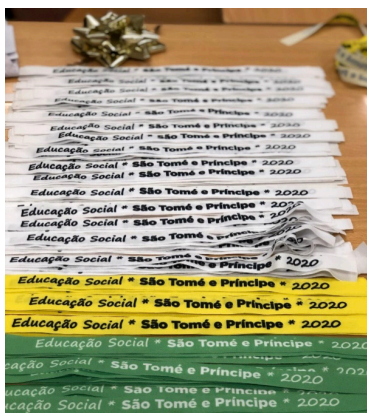


Figura 2.21 Lembranças de Educação



pobreza não é a nível alimentar, mas sim de mentalidades, da falta de mudança, de adaptação e evolução das pessoas perante os desafios sociais.

Para finalizar, destacamos como principais aprendizagens e conclusões desta missão as seguintes:

- Missão inovadora, e que contribuiu para uma experiência de voluntariado internacional, inédita no curso de Educação Social da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve;
- Trabalho cooperativo e em parceria com instituições locais, principalmente com a Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe e seus colaboradores;
- Conhecimento de uma nova cultura, rica em afetos, gastronomia, rituais, cheiros, sabores e onde se vive de forma leve leve;
- Sensibilização urgente junto de toda a comunidade acerca da inclusão social e da aceitação de minorias, promovendo a equidade e criando na população o interesse no seu investimento pessoal;
- Formação de técnicos e voluntários, capacitando-os para desenvolverem trabalho futuro junto da comunidade, numa perspetiva reflexiva, integradora e holística;
- Destaca-se a educação e seus valores como promotores de mudança social, junto dos diferentes grupos sociais santomenses, onde existem situações graves de exclusão social e de falta de recursos que fomentem uma cidadania ativa e participativa;
- A missão proporcionou apoiar crianças, jovens e idosos, através da dádiva de diversos donativos que recebemos, o que revela a solidariedade de todos os que, tal como nós, abraçaram este desafio como seu;
- Missão rica em aprendizagens pessoais e profissionais, desde

o momento da sua preparação até à avaliação final, onde a gratidão e a cooperação se destacam como lições de vida.

Assim, terminámos esta missão no dia 30 de janeiro de 2020 com a partida de São Tomé e a chegada ao aeroporto de Faro, no dia 31 de janeiro de 2020, onde as recordações de um país, onde se vive leve leve, ficarão registadas na memória de todos os participantes, de forma muito gratificante e enriquecedora.





*Dizem que uma imagem vale mais que mil palavras,
por isso deixámos uma fotografia representativa da
Beleza natural da ilha de São Tomé e Príncipe.*



Figura 2.22 Ilhéu das rolas





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, N., Afonso, R., & Loureiro, M. (2014). *Voluntariado e sintomatologia depressiva na velhice: um estudo realizado com pessoas idosas residentes na Covilhã*. International Journal of Developmental and Educational Psychology. Revista INFAD de psicología. 1. 123-132. Doi: 10.17060/ijodaep/2014.n2.v1.015.
- Almeida, A. N. & Ferrão, J. (2001). *Caracterização do voluntariado em Portugal*. Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- Amorim, L. R. (2015). *A motivação para o trabalho dos voluntários da Cruz Vermelha*. Viana do Castelo, Portugal.
- Ander- Egg, E. (1995). *Introdução ao Trabalho Social*. Editora Vozes.
- Anderson, Pauline., & Pat Green. (2012). Beyond CV building: the communal benefits of student volunteering. *Voluntary Sector Review*, 3 (2), pp. 247-256.
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (1991). *Princípios das nações unidas para as pessoas idosas*. <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/princ-pessoasidosas.pdf>

- Assembleia da República (1998). Lei nº 71/98 de 3 de novembro.
Diário da República, Série I-A, nº 254 de 3 de novembro de 1998, 5694-5696. <https://data.dre.pt/eli/lei/71/1998/11/03/p/dre/pt/html>.
- Baptista, I. (2005). *Dar Rosto ao Futuro, a educação como compromisso ético*. Profedições.
- Bilbao, A. (2017). *O cérebro da criança explicado aos pais. Como ajudar o seu filho a desenvolver o potencial intelectual e emocional*. (3ª Edição). Grupo Planeta.
- Bickel, J. F., & C. Lalive d'Espinay. (2001). L'évolution de la participation aux associations volontaires: une comparaison de deux cohortes. *Swiss Journal of Sociology*, 27 (1), pp. 31-60.
- Caixa geral de depósitos. (2014). *Total da população residente e estrutura demográfica, distribuição por faixa etária*. <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>.
- CASES. (2013). Conta Satélite da Economia Social. <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=157543613&PUBLICACOESmodo=2>
- Cardona, M. (2011). *Educação e desenvolvimento: um estudo baseado na realidade da educação pré-escolar e do ensino básico em São Tomé e Príncipe*. Instituto Universitário de Lisboa. Microsoft Word - CIEA7_8_CARDONA_Educação e desenvolvimento.docx (iscte-iul.pt)
- Carrasco, J., et al. (2000). *Esquema de pedagogia social*. EUNSA.

- Clary, E., Snyder, M., Ridge, R., Copeland, J., Stukas, A., Haugen, J., & Miene, P. (1998). Understanding and assessing the motivations of volunteers: A functional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1516-1530. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.74.6.1516>
- Conselho da União Europeia. (2011). *Comunicação sobre as Políticas da UE e o Voluntariado: Reconhecer e Promover as Actividades de Voluntariado Transfronteiras na UE* (pp. 1-13).
- Cordeiro, M. (2020). *O livro da criança*. A Esfera dos Livros.
- Chacón, F., & Vecina, M. L. (2002). *Gestión del voluntariado*. Síntesis.
- Delicado, A., Almeida, A., & Ferrão, J. (2002). *Caracterização do Voluntariado em Portugal*. Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.
- Delors, J. (1996). *Educação, um tesouro a descobrir*. Edições Asa.
- Declaração Universal do Voluntariado. (1990). <https://bolsadovoluntariado.pt/media/6473/onu-declaracao-universaldovoluntariado.pdf>
- De Filipe & Rivas, R. (1995) *Guía de la solidaridad*. Temas de hoy.
- Delicado, A. (2002). Caracterização do Voluntariado Social em Portugal. *Intervenção Social*, 25/26, p. 127-139.
- Dias, L. (2011). *Inclusão social de cidadãos portadores de deficiência (s) residentes no concelho de Miranda do Douro*. (Relatório de Estágio- Mestrado). Instituto Politécnico de Bragança: Escola Superior de Educação. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6870/1/Lui%CC%81sa%20Dias.pdf>

- Ferreira, L., Maciel, C., Silva, O., Sá, N., & Moreira, P. (2010). Significados atribuídos ao envelhecimento: Idoso, velho e idoso ativo. *Psico-USF*, 15(3), 357-364.
- Fernandes, S. (nd). *Manual de Formação. Gestão de Voluntariado*. <https://www.fe.pt/files/1b32c640ea07143772b1a8a36358a7748a3410cc.pdf>
- Freire, P. (1983). *Educação como prática da liberdade*. (15ª Edição). Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Giddens, A. (2001). *Sociologia*. Polity Press. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3114970/mod_resource/content/1/Anthony_Giddens_Sociologia.pdf
- Gemelli, C. E., Bitencourt, C., & Santos, A. C. (2016). Motivações Para o Voluntariado: Um Estudo de Caso Qualitativo na ONG Junior Achievement. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de Uma Sociologia de Ação. O planeamento em Ciências Sociais*. Principia.
- Hardill, I & Baines, S. (2011). *Enterprising care: Unpaid voluntary action in the 21st century*. Policy Press.
- Holdsworth, C. (2010). *Why Volunteer? Understanding Motivations For Student Volunteering, 1005*. <http://doi.org/10.1080/00071005.2010.527666>.

- Instituto Nacional de Estatística São Tomé e Príncipe (INE-ST) (2012). Informações estatísticas. <https://www.ine.st/index.php/publicacao/documentos/category/49-informacoes-estatisticas.2020>
- Jacinto, L. M. J. (2020). Evolução do voluntariado em Portugal (2002-2020). Edição Temática: Ciências Sociais e Humanas. *Revista da ULIP Santarém*, 8(2), 157-168. <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/20674>.
- Kong, E., & Ramia, G. (2010). A qualitative analysis of intellectual capital in social service non-profit organisations: A theory-practice divide. *Journal of management & organization*, Volume 16, Issue 5. Doi: <http://10.5172/jmo.2010.16.5.656>.
- Lithgow, K., & Timbrell, H. (2014). How better volunteering can improve conservation: why we need to stop wondering whether volunteering in conservation is a good thing and just get better at doing it well. *Journal of the Institute of Conservation*, 37 (1), pp. 3-14.
- Louro, C. (2001). *Ação Social na deficiência*. Universidade Aberta.
- Lopes, M. (2019). *O voluntariado universitário na elaboração de candidaturas de apoio social africano – um estudo de caso em Cabo Verde*. (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho.
- Luísa, C. (2017). *Teorias Leigas em Pessoas Idosas. Conhecer para Intervir. Guia para Educadores Sociais e Educadores*. Psicossoma.
- Luísa, C. (2020). *Uma experiência de voluntariado internacional: A realidade dos seniores em São Tomé e Príncipe*. In O envelhecimento com um todo – Livro de atas do Ageingcongress 2020. Thomson Reuters.

- Maciel, C. R. M. (2000). *Portadores de deficiência – a questão da inclusão social*. Centro de Democratização das Ciências da Informação, pp. 51-56.
- Maria, S. (2020). *A influência da amizade no desenvolvimento da criança em idade pré-escolar*. (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Algarve.
- Marques, R. (1995). *Educação Cívica e Desenvolvimento Pessoal e Social: Objectivos, Conteúdos e Métodos*. Texto Editora.
- Martins, E. (2013). A Pedagogia social/ Educação social nos meandros da comunidade e da escola. *Educare*. Ano XV – nº 1 - II Série. https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2654/1/Educare%20educere_Ernesto_Martins.pdf
- Martins, S. L. (2012). Iniciação & abandono da uma prática voluntária: As motivações envolvidas. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica). Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida de Lisboa.
- McCurley, S., & Lynch, R. (1996). *Volunteer Management. Mobilizing all the Resources of the Community*. Illinois, Heritage Arts Publishing.
- McCurley, S., & Lynch, R. (2011). *Volunteer Management. Mobilizing all the Resources of the Community*. Interpub Group, pp.63-100.
- Nações Unidas. (2001). *Measuring Volunteering: A Practical Toolkit*, A joint project of Independent Sector and United Nations Volunteers. United Nation.
- Ortega, J. (1999). *Educación social especializada, concepto y profesión*. In José Ortega (coord.), *Educación Social Especializada*. Editorial Ariel.

- Paixão, M. (2000). *Educar para a cidadania*. Lisboa Editora.
- Papalia, E., D., Olds, W., S., & Feldman, D., R. (2006). *Desenvolvimento Humano*. Artmed Editora.
- Peresson Tonello, M. L (2006). Pedagogias e culturas. In C. Scarlatelli, D. Streck & J. I. Follmannn (Org.). *Religião, cultura e educação*. Unisinos.
- Pires, M. I. (2007). *Os valores na família e na escola: Educar para a vida*. Celta.
- Ramos, M. (coord.). (2007). *O Voluntariado – Manual de Apoio ao Formando*. Fundação Eugénio de Almeida. https://www.fea.pt/images/qts/298/Manual_O_Voluntariado.pdf
- Ramos, A. (2001). *Voluntariado e Solidariedade - Realidades Complementares*. Didaskalia. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18559/1/V03101-125-151.pdf>
- Ramos, S. (2012). *Voluntariado Universitário: a Solidariedade nos Corredores de uma Faculdade*. (Dissertação de mestrado publicada). Universidade da Beira Interior. <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2839/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sofia%20Ramos.pdf>
- Rego, R., Zózimo, J., & Correia, M. (2017). Voluntariado em Portugal do trabalho invisível à validação de competências. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 83, 2017, pp. 75-97. doi:10.7458/spp2017836498.
- Rocha, Filipe. (1996). *Educar em Valores*. Estante Editora.

- Rolim, M. (2018). *O Voluntariado no século XXI: um Projeto de Educação ao Longo da Vida*. (Tese de Mestrado não publicada). Universidade do Minho.
- Romans, M. (2000). *Formación continua de los profesionales en educación social*. In Mercè Romans, Antoni Petrus & Jaume Trilla(comp.). *De profesión: educador(a) social*. Paidós.
- Rubin, Z. (1982). *As Amizades das Crianças*. Publicações Dom Quixote.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Intrinsic and extrinsic motivations: Classic definitions and new directions, *Contemporary Educational Psychology*, 25(1), 54–67. doi:10.1006/ceps.1999.1020
- Silva, I., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Ministério da Educação/ Direção Geral da Educação (DGE).
- Serapioni, M., & Lima, T. (2015). *Voluntariado em Portugal. Contextos, atores e práticas*.
- Simões, A. (2016). *A nova velhice – um novo público a educar*. Ambar.
- Soler, J. P. (2007). *Factores psicosociales explicativos del voluntariado universitario*. Universidad de Alicante.
- Stubbs, S. (2008). *Educação Inclusiva: Onde existem poucos recursos*. (revisão e actualização da primeira edição publicada em 2002) Ingrid Lewis.
- Snyder, M. (2009). In the Footsteps of Kurt Lewin: Practical Theorizing, Action Research, and the Psychology of Social Action. *Journal of Social Issues*, 65(1), 225-245.

- Shields, P. O. (2009). Young adult volunteers: recruitment appeals and other marketing considerations. *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*, 21 (2), pp. 139-159.
- Taveira, M. (2001). O papel da universidade na orientação e desenvolvimento dos alunos: contributos para um modelo de intervenção psicoeducacional. In ADAXE - *Revista de Estudos e Experiencias Educativas*, 17:65-77.
- Taylor, R. (2004). Extending conceptual boundaries: work, voluntary work and employment. *Work, Employment and Society*, 18 (1), pp. 29-49.
- Tominey, S., & Rivers, S. (2012). Social'Emotional Skills in Preschool Education in the State of Conneticut: Current Practice and Implications, for Child. http://ei.yale.edu/wp-content/uploads/2013/06/Social-Emotional_Skills_CT_Yale.pdf
- Trindade, M. (2017). *Um projeto de patrimonialização e desenvolvimento turístico da Roça Agostinho Neto – São Tomé e Príncipe* (Tese de mestrado). Universidade do Porto.file:///C:/Users/Cla%C3%BAdia%20Lu%C3%ADsa/Downloads/Um_projeto_de_patrimonializacao_e_desenvolvimento_turistico_.pdf
- Unesco. (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais*. Instituto de Inovação Educacional.
- United Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações (2020). *Relógio da população de São Tomé e Príncipe*. https://countrymeters.info/pt/Sao_Tome_and_Principe

- Warwick, C. (2001). O Apoio às Escolas Inclusivas. In D. Rodrigues (Org.), *Educação e Diferença – Valores e Práticas para Uma Escola Inclusiva*. Porto Editora.
- Wilson, J. (2000). Volunteering. *Annual Review of Sociology*, 26(1), 215-240.
- World Bank Group. (2020). *São Tomé e Príncipe: aspetos gerais*. <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>
- Zaragoza, J. (2002). El voluntariado social desde la profesión del educador social. Experiencias y reflexiones de un educador social. Pedagogia social. *Revista interuniversitária* nº 9, Segunda época. Diciembre, pp 67-90.







NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA



Cláudia Cristina Guerreiro Luísa nasceu a 19 de fevereiro de 1979, em Albufeira, Algarve.

Doutorada com Menção Internacional em Saúde e Qualidade de Vida, pela Universidade de Huelva e especialização no âmbito do envelhecimento.

Mestre em Saúde e Qualidade de Vida também pela Universidade de Huelva. Licenciada em Educação e Intervenção Comunitária pela Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e Licenciada em Psicologia Clínica pelo Instituto Superior Dom Afonso III.

Docente da Universidade do Algarve desde 2005, pertencendo ao Departamento de Ciências Sociais e da Educação e a Área Científica de Educação Social.

Atualmente é diretora do Curso de Educação Social (1º Ciclo) e pertence à comissão coordenadora do Mestrado em Educação Especial: Domínios Cognitivo e Motor.

Faz parte da ordem dos psicólogos com a Cédula Profissional Número: 005446.

Dá aulas em diversos ciclos de estudos, nomeadamente no 1ºCiclo de Educação Social, Mestrado em Educação Especial – Domínios Cognitivo e Motor, Mestrado em Educação Pré-Escolar e Mestrado em Gerontologia Social.

Para além da docência, também participa em outras atividades académicas, como orientações de teses, relatórios e participação em projetos nacionais e internacionais e participação em júris de provas académicas.

Desde cedo, dedica-se ao voluntariado e a diversas atividades de carácter formal e informal. Foi fundadora do Grupo de Apoio de Faro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, faz parte do grupo de voluntariado da Universidade do Algarve - UALG V+, e participa no apoio a diversas causas sociais.



